

Santos Brasil Participações S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Santos Brasil Participações S.A. (Companhia), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades brasileiras ou estrangeiras e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres ou afins.

Em 24 de outubro de 2007, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Santos-Brasil S.A. (Santos-Brasil), foi aprovada a compra da totalidade das ações de emissão da Alphapart Participações S.A., empresa aberta desde 1998 que jamais exerceu qualquer atividade operacional, para que viesse a funcionar como sociedade *holding* com a nova denominação de Santos Brasil Participações S.A. (Companhia). Foi aprovada, em ato subsequente, a incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Santos-Brasil, que passou a ser sua subsidiária integral.

A incorporação das ações foi efetivada, sem dissidência entre os acionistas, resultando no aumento de capital da Companhia para R\$1.042.070, dividido em 655.776.449 ações, sendo 452.567.461 ações ordinárias e 203.208.988 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas da Santos-Brasil, em substituição àquelas que esses detinham, observada a relação de 1 ação de emissão da Companhia para cada ação da Santos-Brasil.

As units são negociadas pelo *ticker* STBP11 na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, sob observância, das práticas de Governança Corporativa - Nível 2.

Em 31 de julho de 2010, a Companhia, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, incorporou a sua controlada Tecon Imbituba S.A., conforme Nota Explicativa nº 1-b. O acervo líquido decorrente da incorporação está demonstrado na Nota Explicativa nº 12-d.

Em 31 de julho de 2010, a Companhia, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, incorporou a parcela cindida da Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., conforme Nota Explicativa nº 1-d. O acervo líquido decorrente da incorporação está demonstrado na Nota Explicativa nº 12-d.

Em 15 de setembro de 2011, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a operação de cisão parcial da Santos-Brasil, seguida da incorporação da parcela cindida. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a incorporação da Nara Valley Participações S.A. (Nara Valley). Os acervos líquidos decorrentes dessas incorporações estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12-d.

A parcela cindida e incorporada da Santos-Brasil consistiu em todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, passando a ser a filial operacional Tecon Santos, remanescendo na Santos-Brasil apenas o caixa no montante de R\$10 (dez mil reais) e capital social de valor correspondente. Dessa forma a Santos-Brasil continua como companhia aberta, sem solidariedade com a Incorporadora, uma vez que ficou ajustado que a Incorporadora será responsável por todas as obrigações que competiam à Santos-Brasil, não remanescendo na Santos-Brasil qualquer obrigação.

Em decorrência da incorporação, a Nara Valley foi extinta, sendo sucedida pela Incorporadora a título universal.

Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, as controladas Santos-Brasil S.A. e Mesquita S.A. Transportes e Serviços passaram a ser denominadas Numeral 80 Participações S.A. (Numeral 80) e Nova Logística S.A. (Nova Logística) respectivamente.

a. Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos (Tecon Santos)

A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres ou afins que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em janeiro de 2010, a filial operacional Tecon Santos inaugurou a área denominada Tecon 4, representada pela expansão do pátio em 112.715 m², totalizando uma área de 596.715 m², e a construção de mais um berço, originada do Aditivo ao Contrato de Arrendamento celebrado em julho de 2006.

b. Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba (Tecon Imbituba)

A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres ou afins que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 1/2007 - Administração do Porto.

Esta filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2031, por meio da operação, conservação e melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém, e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços do Tecon Imbituba, conforme Nota Explicativa nº 1-d.

c. Contexto operacional da controlada Nova Logística S.A. (Nova Logística)

A controlada Nova Logística tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada, desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação, exportação, e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois CLIA's (Centro Logístico Industrial Alfandegado).

d. Contexto operacional da controlada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A. (Union)

A controlada Union, inicialmente, tinha como um dos objetos a exploração comercial do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém, e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços do Tecon de Imbituba, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data.

Em janeiro de 2010, a controlada Union, através da sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos – TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, operação e investimentos nas instalações portuárias, visando a movimentação e armazenagem de veículos, relativos a exportação, importação e cabotagem, nos termos do Contrato de Arrendamento celebrado naquela data (Nota Explicativa nº 19-b).

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, contemplando 27.500 mil m² aproximadamente, mediante a solicitação e aprovação da administração do porto.

Em 31 de dezembro de 2010 foi efetivada a cisão parcial da controlada Union, conforme Nota Explicativa nº 1. A parcela incorporada por sua controladora refere-se ao Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, e a parcela remanescente ao Terminal de Exportação de Veículos – TEV.

e. Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (Convicon)

A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres, e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

f. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Tecon 1, com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Tecon Santos além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu o compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período), as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP baseados em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual (MMC), de embarques e desembarques nas operações dos navios. A MMC, a partir de novembro de 2003, passou a ser de 363.000 contêineres anuais, conforme o contrato original. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% da somatória das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Primeiro Aditamento ao contrato original, assinado em 3 de julho de 2006, a MMC de 363.000 vigorará até o 48º mês a partir da obtenção da Licença de Instalação (LI), fornecida pela CETESB, referente à área acrescida pelo Tecon 4, que se deu em 19 de outubro de 2007. A partir do 49º mês, ou seja, 19 de outubro de 2011, a MMC passou a ser de 513.000 por ano. Este aditamento, incluiu nas MMCs acima, a meta de 70.000 contêineres na movimentação na navegação por cabotagem.

O contrato de exploração prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores adicionais por contêiner movimentado acima de duas vezes a MMC. Tais valores variam: (i) de R\$13,11 por contêiner movimentado que exceder o dobro da MMC, quando a movimentação se situar no intervalo de duas a três vezes a faixa mínima aplicável, e (ii) de R\$6,56 por contêiner movimentado que exceder a MMC para os casos em que a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima estipulada.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, ora em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CODESP após o término ou a extinção do contrato.

g. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Tecon Imbituba, com a Companhia Docas de Imbituba - CDI

A Tecon Imbituba tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 65.000 contêineres no 1º ano de atividade, 150.000 no 2º, 280.000 no 3º e de 360.000 a partir do 4º ano de atividade. Tal compromisso não vem sendo cumprido, gerando assim, em 31 de dezembro de 2011, multa no montante de R\$19.927, contabilizada como custo dos serviços prestados.

O compromisso de investimentos mínimos contempla, numa primeira etapa, obras de ampliação da retroárea existente, bem como a construção de área administrativa, *gates*, armazém, obras de reforço e contenção do berço e a expansão deste berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e retroárea compatíveis com as instalações, ou sejam, guindastes móveis de cais (*MHC - mobile harbour crane*), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Numa segunda etapa, deverá ser pavimentada uma nova retroárea, adicional à primeira. Novos equipamentos de cais e retroárea deverão ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do terminal.

Compondo a parcela fixa do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, no valor de R\$128, no 1º ano de atividade, e de R\$179, a partir do 2º ano.

Compondo a parcela variável do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, no valor de R\$62,51 por contêiner movimentado.

Padrões operacionais mínimos foram estabelecidos, de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, pelo menos, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

h. Compromissos principais do Contrato de Exploração do Terminal de Carga Geral, com a Companhia Docas de Imbituba - CDI

A Union tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, ruas, cercas, portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do ISPS Code e PSPP (Plano de Segurança Pública Portuária do Porto de Imbituba), bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

Como remuneração acordada com a CDI, a controlada é obrigada a pagar R\$1,92 por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada e R\$4,26 por tonelada, por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre.

A Union tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no 1º ano de atividade, 140 mil toneladas no 2º ano de atividade, 180 mil toneladas no 3º ano de atividade e 200 mil toneladas do 4º ano até o término do contrato.

i. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Terminal de Veículos - TEV, com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A Union tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo terminal de 182.931 veículos no 2º ano de atividade, 214.147 no 3º, 250.691 no 4º, 293.470 no 5º, e de 300.000 a partir do 6º ano de atividade.

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao terminal e ao cais público, e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do terminal.

Compondo a parcela mensal do Arrendamento, existe o compromisso de pagamento pelo uso da área total arrendada, no valor de R\$ 254, e R\$12,29 por veículo movimentado. Referente a utilização da infraestrutura, existe o compromisso de pagamento mensal no valor de R\$49.

j. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Convicon, com a Companhia Docas do Pará - CDP

A Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de pelo menos 20.000 m² do lote A, e aquisição de equipamentos, necessários para que este esteja apto a movimentar o mínimo de 30.000 contêineres após o 5º ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo Contrato de Exploração do Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$14,56 por contêiner cheio movimentado, R\$2,92 por contêiner vazio movimentado, e R\$1,46 por contêiner movimentado de carga unitizada.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, ora em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do IGP-M.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs);
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com os CPCs, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas na avaliação dos investimentos no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no CPCs, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota nº 19 – Classificação do arrendamento mercantil – Consolidado.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 25 – Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL);
- Nota nº 18 - Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, depósitos judiciais e contingências - Consolidado.

e. Reclassificações

Alguns valores anteriormente apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados para manter o padrão de apresentação do exercício corrente:

- as aplicações financeiras lastreadas a passivos cujo vencimento é superior a 90 dias que antes eram apresentadas como caixa e equivalentes de caixa estão demonstradas individualmente;
- o contas a receber de antigos acionistas que antes era apresentado individualmente no ativo não circulante foi reclassificado para outros ativos;
- os impostos diferidos sobre precatórios que antes eram apresentados no passivo circulante foram reclassificados para o passivo não circulante;
- os precatórios a pagar e os honorários de precatórios que antes eram apresentados individualmente no passivo circulante foram reclassificados para outras contas a pagar.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas, de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

- *Combinações de negócios*

Não houve aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data.

- *Aquisição de participação de acionistas não-controladores*

É registrado como transações entre acionistas no patrimônio líquido. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Ajustes à participação de não-controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

- *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c. Instrumentos financeiros

- *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, precatórios, entre outros.

- *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

- *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

- *Capital social*

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

- **Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge***

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

d. Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

e. Imobilizado

- *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- *Depreciação*

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

| | |
|---------------------------------------|--------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 15 – 25 anos |
| Equipamentos de movimentação de carga | 3 – 23 anos |
| Equipamentos de informática | 5 anos |
| Máquinas, equipamentos e acessórios | 10 anos |
| Instalações, móveis e utensílios | 10 anos |
| Veículos | 5 anos |
| Imóveis | 46 anos |
| Outros | 10 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Ativos intangíveis e ágio

- *Ágio*

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio é medido pelo custo e amortizado pelo prazo da concessão. O ágio sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detém direitos de exploração, são amortizados pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

- *Concessões de serviços públicos*

As filiais e controladas da Companhia, Tecon Santos, Tecon Imbituba, Union e Convicon, possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamento, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 14. Essas filiais e controladas atuam sob regime de concessão, entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das Interpretações Técnicas ICPC nº 01 e nº 17 – Contratos de Concessão (*International Financial Reporting Interpretations Committee* IFRIC nº 12), em função do preço dos serviços prestados não ser regulamentado e/ou controlado pelo poder concedente.

- *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

| | |
|------------------------|--------------|
| Direitos de exploração | 25 anos |
| Ágios nas aquisições | 10 – 22 anos |
| Softwares | 5 anos |

g. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

h. Redução ao valor recuperável – Impairment

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado à UGC do segmento de negócio logística, conforme Nota Explicativa nº 30. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

i. Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso,

com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme Nota Explicativa nº 7-d.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais se referem, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em função da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento em que ocorre o desembarço aduaneiro e a retirada da carga importada pelo importador ou no embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas se referem, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos Centros de Distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

l. Arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, e Pis e Cofins sobre os juros sobre o capital próprio. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Os valores desses tributos, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os valores do exercício corrente e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade, tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável

que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos freqüentemente pelo Presidente do Grupo (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

q. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novos *Standards*, emendas aos *Standards* e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos *Standards* tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos

financeiros mantidos pela Companhia, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto em suas controladas atualmente consolidadas pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse *Standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

s. Ajuste a valor presente

As contas sujeitas ao desconto a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Tais contas não foram trazidas ao seu valor presente em função dos prazos de liquidação serem inferiores há 60 dias.

4 Demonstrações financeiras – Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

| | | Porcentagem de participação | |
|---|--------|--------------------------------|------------|
| | País | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Controladas diretas: | | | |
| Nara Valley Participações S.A. (1) | Brasil | - | 100% |
| Terminal Portuário de Veículos S.A. | Brasil | 100% | 100% |
| Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (1) | Brasil | 100% | - |
| Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A. | Brasil | 100% | 100% |
| Numeral 80 Participações S.A. (2) | Brasil | 100% | 100% |
| Nova Logística S.A. (2) | Brasil | 100% | 100% |
| Controladas indiretas: | | | |
| Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (1) | Brasil | - | 87,67% |
| Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. | Brasil | 100% | 87.67% |

- (1) Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley adquiriu, conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário.

Em 15 de setembro de 2011, a Companhia efetivou a incorporação da controlada Nara Valley, incorporação essa aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, conforme Nota Explicativa nº 1. Assim, a sua controlada Pará Empreendimentos passou a ser controlada

direta da Companhia.

- (2) Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleia Geral Extraordinária as controladas Santos-Brasil S.A. e Mesquita S.A. Transportes e Serviços passaram a ser denominadas Numeral 80 Participações S.A. e Nova Logística S.A. respectivamente.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Contas a receber e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

b. Contratos de swaps de taxas de juros

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

d. Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes*. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de

opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

6 Gerenciamento do risco financeiro

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do WACC – Custo Médio Ponderado de Capital.

A dívida em relação ao capital final do exercício é apresentada a seguir:

| | Controladora | |
|--|---------------------|-------------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Total do passivo | 1.043.531 | 449.418 |
| (-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações | <u>(250.580)</u> | <u>(11.522)</u> |
| Dívida líquida | 792.951 | 437.896 |
| | | |
| Total do patrimônio líquido | 1.285.652 | 1.214.461 |
| Relação dívida líquida sobre capital | 0,61677 | 0,36057 |

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Total do passivo | 1.122.769 | 809.068 |
| (-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações | <u>(294.854)</u> | <u>(107.513)</u> |
| Dívida líquida | 827.915 | 701.555 |

| | | |
|--------------------------------------|-----------|-----------|
| Total do patrimônio líquido | 1.285.652 | 1.213.709 |
| Relação dívida líquida sobre capital | 0,64397 | 0,57803 |

Os demais riscos: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 27.

7 Partes relacionadas

a. Contratos de Mútuo – Controladora

| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|--|------------|------------|
| Ativo circulante | | |
| Convicon Contêineres da Vila do Conde S.A. | 4.364 | - |
| Ativo não circulante | | |
| Convicon Contêineres da Vila do Conde S.A. | - | 24.445 |
| Passivo circulante | | |
| Santos-Brasil S.A. | - | 40.933 |

Em 15 de setembro de 2011, com a cisão e incorporação da parte cindida da Santos-Brasil, o contrato de mútuo, no qual a Companhia era devedora, foi realizado.

Em 20 de outubro de 2011, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi capitalizado o contrato do Convicon no montante de R\$32.257.

O contrato de mútuo têm por objetivo o financiamento do capital de giro da sua controlada Convicon com vencimento em 29 de fevereiro de 2012 sendo remunerado à taxa de 112% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), equivalente ao custo de captação para o capital de giro.

b. Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou serviço portuário de “Entrega imediata de contêineres” à controlada Nova Logística, no período de janeiro a dezembro de 2011, no montante de R\$3.141, referente a 24.579 contêineres movimentados. O preço utilizado para faturamento foi o de mercado.

c. Remuneração do pessoal-chave

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------------------|-----------|---------------------------|-----------|
| | 31.12.2011 | | 31.12.2011 | |
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho de Administração | Diretoria |
| Benefícios de curto prazo | 579 | 10.752 | 1.843 | 17.659 |

| | | | | |
|-----------------------------------|-----|--------------|-------|--------------|
| Outros benefícios | - | 156 | - | 415 |
| Plano de opção de compra de ações | - | <u>3.651</u> | - | <u>3.772</u> |
| Total | 579 | 14.559 | 1.843 | 21.846 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------------------------|------------------|----------------------------------|------------------|
| | 31.12.2010 | | 31.12.2010 | |
| | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho de Administração | Diretoria |
| Benefícios de curto prazo | 54 | 221 | 1.674 | 15.762 |
| Outros benefícios | - | 11 | - | 319 |
| Plano de opção de compra de ações | - | <u>3.700</u> | - | <u>3.700</u> |
| Total | 54 | 3.932 | 1.674 | 19.781 |

Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Os diretores possuem 0,01% das ações com direito de voto da Companhia.

d. Benefícios a empregados - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, capacitação em idiomas, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão alimentação, vale-refeição e o fornecimento de refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2011, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$27.168 (R\$20.921 no período equivalente de 2010), correspondentes a 2,42% e 2,43% da receita operacional líquida consolidada.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Nova Logística e Union incluem em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Foi provisionado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$13.417.

e. Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas, conforme segue:

- Carta de Fiança referente ao Contrato com CDP (Cia de Docas do Pará), para a Convicon, no montante de R\$330.
- Fiança do contrato de aluguel do CD (Centro de Distribuição), para a Nova Logística, no montante de R\$840.
- Aval da aquisição de caminhões, para a Nova Logística, no montante de R\$1.016.

- Aval da aquisição de empilhadeiras – *Reach Stacker*, para a Nova Logística, no montante de USD1.370.
- Aval da aquisição de semi reboques, para a Nova Logística, no montante de R\$6.402.
- Aval da aquisição de cavalos mecânicos, para a Nova Logística, no montante de R\$4.137.
- Aval da aquisição de empilhadeiras elétricas e paleteiras, para a Nova Logística, no montante de R\$658.

f. Controladores

O grupo controlador, estruturado de acordo com o Edital de Leilão PND/MT/CODESP nº 01/97, cláusula 5.2.2, é composto dos acionistas International Markets Investments C.V., Multi STS Participações S.A. e Brasil Terminais S.A.. Não houve nenhuma transação com o grupo controlador.

8 Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações

• *Caixa e equivalentes de caixa*

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|----------------|------------|----------------|---------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Caixa e saldo em bancos | 4.494 | 11.522 | 6.894 | 16.813 |
| Aplicações financeiras | <u>218.063</u> | <u>-</u> | <u>259.937</u> | <u>65.753</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa | 222.557 | 11.522 | 266.831 | 82.566 |

• *Outras aplicações mantidas para negociação*

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Aplicações financeiras | 28.023 | - | 28.023 | 24.947 |

• *Natureza das aplicações*

| Natureza das aplicações financeiras | Taxas | | Controladora | |
|---|--------------|---------------|----------------|------------|
| | médias % CDI | Vencimento | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Investimentos mantidos para negociação: | | | | |
| CDB | 102,79% | 04/09/2014 | 105.409 | - |
| Fundos de investimentos | 101,87% | Indeterminado | <u>140.677</u> | <u>-</u> |

| | | |
|-------|---------|---|
| Total | 246.086 | - |
|-------|---------|---|

| Natureza das aplicações financeiras | Taxas médias % CDI | Vencimento | Consolidado | |
|---|--------------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Investimentos mantidos para negociação: | | | | |
| CDB | 102,79% | 04/09/2014 | 105.409 | 24.947 |
| Fundos de investimentos | 101,68% | Indeterminado | <u>182.551</u> | <u>65.753</u> |
| Total | | | 287.960 | 90.700 |

O saldo apresentado a título de outras aplicações refere-se a aplicações lastreadas a passivos cujo vencimento é superior a 90 dias.

As taxas médias das aplicações, apresentadas acima, se referem às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2011 e estão relacionadas à taxa do CDI. As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo previsto contratualmente sem prejuízo da remuneração já apropriada e fazem parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas como caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante.

9 Contas a receber

| | Controladora | |
|---|--------------|-------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Circulante: | | |
| No país | 88.875 | 3.758 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | <u>(839)</u> | <u>(58)</u> |
| Total | 88.036 | 3.700 |

| | Consolidado | |
|---|----------------|--------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Circulante: | | |
| No país | 116.080 | 69.024 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | <u>(1.494)</u> | <u>(540)</u> |
| Total | 114.586 | 68.484 |

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

| | Controladora | |
|--|--------------|------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Créditos a vencer | 45.671 | 2.167 |
| Créditos em atraso até 60 dias | 31.570 | 1.404 |
| Créditos em atraso de 61 a 90 dias | 1.471 | 118 |
| Créditos em atraso de 91 a 180 dias | 2.826 | 29 |
| Créditos em atraso de 181 a 360 dias | 3.237 | 35 |
| Créditos em atraso há mais de 361 dias | <u>4.100</u> | <u>5</u> |

| | | |
|-------|--------|-------|
| Total | 88.875 | 3.758 |
|-------|--------|-------|

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Créditos a vencer | 66.790 | 46.654 |
| Créditos em atraso até 60 dias | 36.334 | 17.788 |
| Créditos em atraso de 61 a 90 dias | 2.004 | 1.191 |
| Créditos em atraso de 91 a 180 dias | 3.193 | 1.892 |
| Créditos em atraso de 181 a 360 dias | 3.533 | 452 |
| Créditos em atraso há mais de 361 dias | <u>4.226</u> | <u>1.047</u> |
| Total | 116.080 | 69.024 |

Redução por perda do valor recuperável (Impairment)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, que no consolidado totalizavam R\$10.952 em 31 de dezembro de 2011 (R\$3.391 em 31 de dezembro de 2010). Desse montante são excluídos: (i) os créditos em negociação, (ii) os créditos em discussão judicial relacionados aos terminais retroportuários alfandegados (TRAs), conforme descrito na Nota Explicativa nº 18-a, e (iii) os depósitos não identificados, resultando assim, no valor final de R\$1.494 (R\$540 em 31 de dezembro de 2010).

A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o art. 9º, § 1º, inciso II da Lei nº 9.430/96.

10 Precatórios - Consolidado

| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativo circulante: | | |
| Precatórios a receber | - | 3.413 |
| Ativo não circulante: | | |
| Precatórios a receber | 3.623 | - |
| Passivo circulante: | | |
| Precatórios a pagar (a) | - | 1.457 |
| Passivo não circulante: | | |
| Precatórios a pagar (b) | 1.457 | - |
| (a) Classificado no balanço patrimonial no grupo de outras contas a pagar no passivo circulante | | |
| (b) Classificado no balanço patrimonial no grupo de outros no passivo não circulante | | |

A controlada Nova Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pagos pela Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2011, apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecidas no ativo.

O contrato de aquisição da Nova Logística prevê que os valores de precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores, líquidos dos compromissos a eles associados, de honorários advocatícios, valores estes provisionados no passivo.

11 Ativo fiscal corrente

| | Controladora | |
|---|---------------------|-------------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 3.275 | 4.691 |
| Imposto de renda - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido | | |
| - CSLL | 3.337 | 5.572 |
| Outros | <u>26</u> | <u>14</u> |
| Total curto prazo | 6.638 | 10.277 |

| | Consolidado | |
|---|--------------------|-------------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | 3.478 | 5.160 |
| Imposto de renda - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido | | |
| - CSLL | 3.606 | 6.728 |
| Crédito PIS/COFINS | 1.608 | 3.485 |
| Outros | <u>555</u> | <u>926</u> |
| Total curto prazo | 9.247 | 16.299 |

A Companhia tinha registrado, em 31 de dezembro de 2011, créditos de IRRF no total de R\$3.275 (R\$4.691 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes, principalmente de aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de imposto de renda e contribuição social se referiam, principalmente, à Companhia no montante de R\$3.337 sendo decorrentes de pagamentos efetuados como antecipações nas apurações mensais do exercício anterior.

Os créditos de PIS e COFINS se referiam, principalmente, à controlada Nova Logística no montante de R\$1.472, sendo R\$941 decorrentes do processo contra a Receita Federal do Brasil movido pelos antigos acionistas. Conforme as compensações são efetuadas com o aproveitamento desse crédito, a controlada devolve os valores compensados aos citados acionistas.

12 Investimentos – Controladora

a. Composição dos saldos

| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|---|-------------------|-------------------|
| Participações em companhias controladas | 387.999 | 1.177.781 |

b. Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2010

| <u>Numeral 80</u> | <u>Terminal</u> | <u>Nara Valley</u> | <u>Pará</u> | <u>Nova</u> | <u>Union</u> | <u>Total</u> |
|-------------------|-----------------|--------------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
|-------------------|-----------------|--------------------|-------------|-------------|--------------|--------------|

| | <u>Participações</u> <u>S.A.</u> | <u>Portuário</u> <u>de</u> <u>Veículos</u> <u>S.A.</u> | <u>Participações</u> <u>S.A.</u> | <u>Empreendimentos</u> <u>Financeiros S.A.</u> | <u>Logística</u> <u>S.A.</u> | <u>Armazenagem</u> <u>e Operações</u> <u>Portuárias</u> <u>S.A.</u> | |
|--|-------------------------------------|---|-------------------------------------|---|---------------------------------|--|-----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 812.447 | 12 | 22.514 | - | 126.736 | 216.072 | 1.177.781 |
| Incorporação de ações | (883.199) | - | (11.739) | (12.453) | - | - | (907.391) |
| Transferência imobilizado | (5.782) | - | - | - | - | - | (5.782) |
| Aporte de capital | 290 | - | 3.567 | 32.257 | - | - | 36.114 |
| Adiantamento p/ futuro aumento capital | - | 20 | (77) | - | - | - | (57) |
| Equivalência patrimonial | 169.836 | (28) | (8.796) | (2.573) | 21.532 | 17.470 | 197.441 |
| Dividendos intermediários | (51.500) | - | - | - | - | - | (51.500) |
| Dividendos mínimos obrigatórios exercício anterior | - | - | - | - | (339) | (1.876) | (2.215) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | (41.809) | - | - | - | (5.114) | (4.149) | (51.072) |
| Variação na participação em controladas | - | - | (5.477) | - | - | - | (5.477) |
| Programa de opção de ações | - | - | 8 | 8 | 141 | - | 157 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 283 | 4 | - | 17.239 | 142.956 | 227.517 | 387.999 |

c. Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2011

| | <u>Numeral 80</u> <u>Participações</u> <u>S.A.</u> | <u>Terminal</u> <u>Portuário de</u> <u>Veículos</u> <u>S.A.</u> | <u>Nara Valley</u> <u>Participações</u> <u>S.A.</u> | <u>Pará</u> <u>Empreendimentos</u> <u>Financeiros S.A.</u> | <u>Nova</u> <u>Logística S.A.</u> | <u>Union</u> <u>Armazenagem</u> <u>e Operações</u> <u>Portuárias</u> <u>S.A.</u> |
|-------------------------------|--|--|---|--|--------------------------------------|--|
| Capital social | 300 | 195 | - | 56.476 | 126.374 | 201.051 |
| Quantidade de ações possuídas | | | | | | |
| Ordinárias | 207.060 | 194.926 | - | 56.475.951 | 115.935.256 | 204.269.217 |
| Preferenciais | 92.940 | - | - | - | 115.935.255 | - |

| | | | | | | |
|------------------------------------|------|------|---|--------|---------|---------|
| Patrimônio líquido | 283 | 4 | - | 17.239 | 142.956 | 227.517 |
| Participação no capital social | 100% | 100% | - | 100% | 100% | 100% |
| Participação no patrimônio líquido | 283 | 4 | - | 17.239 | 142.956 | 227.517 |

| | <u>Numeral 80</u> <u>Participações</u> <u>S.A.</u> | <u>Terminal</u> <u>Portuário</u> <u>de Veículos</u> <u>S.A.</u> | <u>Nara Valley</u> <u>Participações</u> <u>S.A.</u> | <u>Pará</u> <u>Empreendimentos</u> <u>Financeiros S.A.</u> | <u>Nova</u> <u>Logística</u> <u>S.A.</u> | <u>Union</u> <u>Armazenagem</u> <u>e Operações</u> <u>Portuárias S.A.</u> |
|-------------------------------|--|--|---|--|--|--|
| Ativo circulante | 288 | 4 | - | 3.811 | 44.630 | 29.360 |
| Ativo não circulante | - | - | - | 29.942 | 167.328 | 206.559 |
| Total do ativo | 288 | 4 | - | 33.753 | 211.958 | 235.919 |
| Passivo circulante | 5 | - | - | 11.512 | 40.863 | 8.379 |
| Passivo não circulante | - | - | - | 5.002 | 28.139 | 23 |
| Total do passivo | 5 | - | - | 16.514 | 69.002 | 8.402 |
| Receita líquida | 582.827 | - | - | 22.516 | 133.957 | 54.877 |
| Lucro (prejuízo) do exercício | 169.836 | (28) | (8.796) | (8.930) | 21.532 | 17.470 |

A data de encerramento social das controladas é a mesma da Controladora.

d. Acervo líquido de incorporação

d.1 Em 31 de julho de 2010, a Companhia efetivou a incorporação de sua controlada Tecon Imbituba, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, conforme reestruturação societária com o objetivo de maximizar a eficiência operacional, administrativa e financeira de suas operações.

Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 31 de julho de 2010, decorrentes da incorporação estão demonstrados no quadro a seguir:

Ativo circulante

| | |
|--------------------------------|--------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 243 |
| Contas a receber | 694 |
| Ativo fiscal corrente | 30 |
| Despesas pagas antecipadamente | 66 |
| | <u>1.033</u> |

Ativo não circulante

| | |
|---------------------------|----------------|
| Depósitos judiciais | 6 |
| Operações com <i>Swap</i> | 12 |
| Outros | 6.061 |
| Imobilizado | 194.158 |
| Intangível | <u>110.864</u> |

| | |
|---------------------------------|------------------------|
| | 311.101 |
| Total do ativo | <u>312.134</u> |
| Passivo circulante | |
| Empréstimos e financiamentos | (3.832) |
| Fornecedores | (6.240) |
| Salários e obrigações sociais | (391) |
| Impostos, taxas e contribuições | (1.527) |
| Passivo fiscal diferido | (375) |
| Operações com <i>Swap</i> | (137) |
| Outras contas a pagar | <u>(24)</u> |
| | (12.526) |
| Passivo não circulante | |
| Empréstimos e financiamentos | <u>(11.150)</u> |
| Total do passivo | <u>(23.676)</u> |
| Total do acervo líquido | 288.458 |

- d.2** Em 13 de outubro de 2010, foi efetivada a liquidação da controlada Santos Brasil Tecon, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária nessa mesma data.

Os valores de ativos e passivos transferidos para a Companhia, em 13 de outubro de 2010, decorrentes da liquidação estão demonstrados no quadro a seguir:

| | |
|--------------------------------|-----------|
| Ativo circulante | |
| Caixa e equivalentes de caixa | <u>21</u> |
| | 21 |
| Total do acervo líquido | 21 |

- d.3** Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetivou a incorporação da parcela cindida de sua controlada Union, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2010, conforme processo de reestruturação societária com o objetivo de maximizar a eficiência operacional, administrativa e financeira de suas operações.

Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2010, decorrentes da incorporação estão demonstrados no quadro a seguir:

| | |
|--------------------------------|---------------|
| Ativo circulante | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9.156 |
| Contas a receber | 2.198 |
| Despesas pagas antecipadamente | <u>4</u> |
| | 11.358 |
| Ativo não circulante | |
| Outros | 63 |
| Imobilizado | 3.533 |
| Intangível | <u>24.040</u> |
| | 27.636 |

| | |
|-----------------------|----------------------|
| Total do ativo | <u>38.994</u> |
|-----------------------|----------------------|

Passivo circulante

| | |
|-------------------------------|-------------|
| Fornecedores | (410) |
| Salários e obrigações sociais | (29) |
| Outras contas a pagar | <u>(13)</u> |
| | (452) |

| | |
|-------------------------|---------------------|
| Total do passivo | <u>(452)</u> |
|-------------------------|---------------------|

| | |
|--------------------------------|---------------|
| Total do acervo líquido | 38.542 |
|--------------------------------|---------------|

d.4 Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 15 de setembro de 2011, decorrentes da incorporação da parcela cindida da Santos-Brasil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, estão demonstrados no quadro a seguir:

Ativo circulante

| | |
|----------------------------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 98.776 |
| Aplicações financeiras | 27.109 |
| Contas a receber | 61.747 |
| Estoques | 10.853 |
| Ativo fiscal corrente | 59 |
| Despesas pagas antecipadamente | 940 |
| Operações com <i>Swap</i> | 1.109 |
| Créditos com partes relacionadas | <u>69.167</u> |
| | 269.760 |

Ativo não circulante

| | |
|-----------------------|----------------|
| Depósitos judiciais | 115.269 |
| Ativo fiscal diferido | 40.307 |
| Outros | 7.757 |
| Imobilizado | 594.828 |
| Intangível | <u>192.353</u> |
| | 950.514 |

| | |
|-----------------------|-------------------------|
| Total do ativo | <u>1.220.274</u> |
|-----------------------|-------------------------|

Passivo circulante

| | |
|---------------------------------|-------------|
| Empréstimos e financiamentos | (38.473) |
| Fornecedores | (19.099) |
| Salários e obrigações sociais | (25.543) |
| Impostos, taxas e contribuições | (18.134) |
| Dividendos a pagar | (1) |
| Operações com <i>Swap</i> | (385) |
| Outras contas a pagar | <u>(54)</u> |
| | (101.689) |

Passivo não circulante

| | |
|------------------------------|-----------------|
| Empréstimos e financiamentos | (58.976) |
| Provisões para contingências | (100.161) |
| Passivo fiscal diferido | <u>(76.249)</u> |
| | (235.386) |

| | |
|-------------------------|-------------------------|
| Total do passivo | <u>(337.075)</u> |
|-------------------------|-------------------------|

| | |
|--------------------------------|----------------|
| Total do acervo líquido | 883.199 |
|--------------------------------|----------------|

d.5 Os valores de ativos e passivos assumidos pela Companhia, em 15 de setembro de 2011, decorrentes da incorporação da Nara Valley, conforme Nota Explicativa nº 1, estão demonstrados no quadro a seguir:

| | |
|---------------------------------------|------------------------|
| Ativo circulante | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 |
| Ativo fiscal corrente | <u>21</u> |
| | 27 |
| Ativo não circulante | |
| Intangível | <u>25.266</u> |
| | 25.266 |
| Total do ativo | <u>25.293</u> |
| Passivo circulante | |
| Outras contas a pagar | <u>(1.101)</u> |
| | (1.101) |
| Passivo não circulante | |
| Provisões para perda com investimento | <u>(12.453)</u> |
| | (12.453) |
| Total do passivo | <u>(13.554)</u> |
| Total do acervo líquido | 11.739 |

13 Ativo imobilizado

| | Taxa anual de depreciação (%) | Custo | Depreciação acumulada | Controladora | |
|--------------------------------------|-------------------------------|---------|-----------------------|---------------|------------|
| | | | | Valor líquido | |
| | | | | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 5,7/8,6 | 722.712 | 118.303 | 604.409 | 18.128 |
| Equipamentos de movimentação de | 8,3 | 504.251 | 254.890 | 249.361 | 23.096 |

carga

| | | | | | |
|-------------------------------------|-----|------------|------------|-----------|-----------|
| Imobilizações em andamento (a) | (b) | 96.307 | - | 96.307 | 242.735 |
| Equipamentos de informática | 20 | 21.881 | 17.082 | 4.799 | 269 |
| Terrenos | - | 30.022 | - | 30.022 | - |
| Máquinas, equipamentos e acessórios | 10 | 11.763 | 6.208 | 5.555 | 168 |
| Instalações, móveis e utensílios | 10 | 6.091 | 3.137 | 2.954 | 162 |
| Veículos | 20 | 4.532 | 1.881 | 2.651 | 48 |
| Outros | 10 | <u>229</u> | <u>156</u> | <u>73</u> | <u>13</u> |
| Total | | 1.397.788 | 401.657 | 996.131 | 284.619 |

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

| | Saldo inicial | Adições | Depreciação | Baixas/ Efeitos não monetários | Incorporação (*) | Saldo final |
|---------------------------------------|---------------|-----------|-------------|-----------------------------------|------------------|-------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 18.128 | 260.706 | 16.347 | 8.761 | 333.161 | 604.409 |
| Equipamentos de movimentação de carga | 23.096 | 31.151 | 7.486 | (5) | 202.605 | 249.361 |
| Imobilizações em andamento (a) | 242.735 | (179.477) | - | (4.235) | 37.284 | 96.307 |
| Equipamentos de informática | 269 | 339 | 760 | (35) | 4.986 | 4.799 |
| Terrenos | - | 22.440 | - | - | 7.582 | 30.022 |
| Máquinas, equipamentos e acessórios | 168 | 1.372 | 270 | (1) | 4.286 | 5.555 |
| Instalações, móveis e utensílios | 162 | 83 | 167 | 13 | 2.863 | 2.954 |
| Veículos | 48 | 835 | 234 | - | 2.002 | 2.651 |
| Outros | <u>13</u> | <u>8</u> | <u>12</u> | <u>5</u> | <u>59</u> | <u>73</u> |
| Total | 284.619 | 137.457 | 25.276 | 4.503 | 594.828 | 996.131 |

(*) Conforme Nota Explicativa nº 12-d.

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

| | Saldo inicial | Incorporação (*) | Adições | Depreciação | Baixas/ Efeitos não monetários | Saldo final |
|---------------------------------------|---------------|------------------|---------|-------------|-----------------------------------|-------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | - | 18.486 | 15 | 373 | - | 18.128 |
| Equipamentos de movimentação de carga | - | 23.560 | - | 464 | - | 23.096 |
| Imobilizações em andamento (a) | - | 154.966 | 87.796 | - | (27) | 242.735 |
| Equipamentos de informática | - | 297 | - | 29 | 1 | 269 |

| | | | | | | |
|-------------------------------------|---|-----------|----------|----------|-----|-----------|
| Máquinas, equipamentos e acessórios | - | 153 | 19 | 4 | - | 168 |
| Instalações, móveis e utensílios | - | 160 | 8 | 6 | - | 162 |
| Veículos | - | 56 | - | 7 | (1) | 48 |
| Outros | - | <u>13</u> | <u>1</u> | <u>1</u> | - | <u>13</u> |

Total - 197.691 87.839 884 (27) 284.619

(*) Conforme Nota Explicativa nº 12-d.

| | Taxa anual de depreciação (%) | Custo | Depreciação acumulada | Consolidado | |
|---------------------------------------|-------------------------------|------------|-----------------------|---------------|------------|
| | | | | Valor líquido | |
| | | | | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 5,7/8,6 | 744.328 | 121.913 | 622.415 | 383.410 |
| Equipamentos de movimentação de carga | 8,3 | 570.855 | 282.741 | 288.114 | 268.808 |
| Imobilizações em andamento (a) | - | 116.676 | - | 116.676 | 283.579 |
| Equipamentos de informática | 20 | 26.735 | 20.096 | 6.639 | 6.854 |
| Terrenos | - | 56.447 | - | 56.447 | 34.007 |
| Máquinas, equipamentos e acessórios | 10 | 17.722 | 8.237 | 9.485 | 7.582 |
| Instalações, móveis e utensílios | 10 | 16.221 | 7.376 | 8.845 | 8.634 |
| Veículos | 20 | 4.616 | 1.924 | 2.692 | 1.435 |
| Imóveis | 2,2 | 25.181 | 3.049 | 22.132 | 22.638 |
| Outros | 10 | <u>499</u> | <u>387</u> | <u>112</u> | <u>131</u> |
| Total | | 1.579.280 | 445.723 | 1.133.557 | 1.017.078 |

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

| | Saldo inicial | Adições/ Transferência | Depreciação | Baixas/Efeitos não monetários | Saldo final |
|---------------------------------------|---------------|---------------------------|-------------|-------------------------------|-------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 383.410 | 269.068 | 38.824 | 8.761 | 622.415 |
| Equipamentos de movimentação de carga | 268.808 | 46.119 | 25.843 | (970) | 288.114 |
| Imobilizações em andamento (a) | 283.579 | (152.013) | - | (14.890) | 116.676 |
| Equipamentos de informática | 6.854 | 2.981 | 3.158 | (38) | 6.639 |

| | | | | | |
|-------------------------------------|------------|-----------|-----------|------------|------------|
| Terrenos | 34.007 | 22.440 | - | - | 56.447 |
| Máquinas, equipamentos e acessórios | 7.582 | 3.202 | 1.299 | - | 9.485 |
| Instalações, móveis e utensílios | 8.634 | 1.560 | 1.348 | (1) | 8.845 |
| Veículos | 1.435 | 1.899 | 639 | (3) | 2.692 |
| Imóveis | 22.638 | - | 506 | - | 22.132 |
| Outros | <u>131</u> | <u>16</u> | <u>33</u> | <u>(2)</u> | <u>112</u> |
| Total | 1.017.078 | 195.272 | 71.650 | (7.143) | 1.133.557 |

A movimentação do imobilizado, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

| | Saldo inicial | Adições/ Transferência | Depreciação | Baixas/Efeitos não monetários | Saldo final |
|--|------------------|---------------------------|-------------|-------------------------------------|----------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 384.918 | 28.832 | 30.332 | (8) | 383.410 |
| Equipamentos de movimentação de carga | 283.037 | 10.898 | 24.308 | (819) | 268.808 |
| Imobilizações em andamento (a) | 125.923 | 158.785 | - | (1.129) | 283.579 |
| TEV - Terminal de Exportação de Veículos | 44.103 | - | - | (44.103) | - |
| Equipamentos de informática | 8.546 | 1.755 | 3.468 | 21 | 6.854 |
| Terrenos | 34.007 | - | - | - | 34.007 |
| Máquinas, equipamentos e acessórios | 7.955 | 807 | 1.157 | (23) | 7.582 |
| Instalações, móveis e utensílios | 6.731 | 3.024 | 1.125 | 4 | 8.634 |
| Veículos | 1.215 | 734 | 481 | (33) | 1.435 |
| Imóveis | 23.144 | - | 506 | - | 22.638 |
| Outros | <u>136</u> | <u>29</u> | <u>34</u> | <u>-</u> | <u>131</u> |
| Total | 919.715 | 204.864 | 61.411 | (46.090) | 1.017.078 |

(a) O valor de adição no grupo de imobilizações em andamento está líquido das transferências efetuadas, quando da entrada de bens em operação, para os grupos que os representam.

Os custos dos empréstimos capitalizados consolidados, em virtude das imobilizações em andamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$12.748 (R\$14.542 em 31 de dezembro de 2010), eram compostos por: (i) R\$1.449 referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis à essas imobilizações (R\$101 em 31 de dezembro de 2010), e (ii) R\$11.299 referente aos não diretamente atribuíveis (R\$14.441 em 31 de dezembro de 2010); a taxa média do ano desses empréstimos e financiamentos é de 12,54% (9,00% em 2010).

A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das próprias aquisições desses equipamentos (Finame, Finimp e *Leasing*). O valor de aquisição desses ativos foi de R\$220.048. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento, tipo guindastes sobre rodas (*Rubber Tyred Gantry* – RTG), dado em garantia na ação trabalhista nº 369/2003 em andamento, que em 31 de dezembro de 2011 tinha o valor contábil de R\$1.622.

14 Ativos intangíveis

| | | | | Controladora | |
|---|--------------------------------------|-----------------|------------------------------|----------------------|-------------------|
| | | | | Valor líquido | |
| | Taxa anual de amortização (%) | Custo | Amortização acumulada | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Vida útil definida | | | | | |
| Direitos de exploração (a) | | | | | |
| Tecon 1 Santos | 4 | 129.791 | 73.116 | 56.675 | - |
| Tecon Imbituba | 4 | 121.700 | 17.781 | 103.919 | 108.786 |
| Union | 4 | 7.395 | 1.325 | 6.070 | 6.370 |
| Ágios nas aquisições (b) | | | | | |
| Ações da Santos-Brasil | 7,2 | 321.264 | 199.460 | 121.804 | - |
| Pará Empreendimentos | 9,8 | 37.760 | 13.553 | 24.207 | - |
| Union | 4,5 | 18.983 | 2.147 | 16.836 | 17.664 |
| Softwares | | | | | |
| Sistemas de processamento de dados | 20 | 19.900 | 11.395 | 8.505 | 55 |
| Outros Intangíveis | | | | | |
| Intangível em desenvolvimento | | <u>132</u> | <u>-</u> | <u>132</u> | <u>25</u> |
| Subtotal | | 656.925 | 318.777 | 338.148 | 132.900 |
| Vida útil indefinida | | | | | |
| Outros (d) | | | | | |
| Projeto Barnabé-Bagres | - | 12.155 | - | 12.155 | - |
| (-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres | - | <u>(12.155)</u> | <u>-</u> | <u>(12.155)</u> | <u>-</u> |
| Subtotal | | - | - | - | - |
| Total | | 656.925 | 318.777 | 338.148 | 132.900 |

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

| | Saldo Inicial | Adição | Amortização | Baixas / Efeitos não monetários | Incorporação (*) | Saldo Final |
|-----------------------------------|----------------------|---------------|--------------------|--|-------------------------|--------------------|
| Vida útil definida | | | | | | |
| Direitos de exploração (a) | | | | | | |
| Tecon 1 Santos | - | - | 1.515 | - | 58.190 | 56.675 |
| Tecon Imbituba | 108.786 | - | 4.867 | - | - | 103.919 |
| Terminal de Carga Geral Imbituba | 6.370 | - | 300 | - | - | 6.070 |

| | | | | | | |
|---|-----------|-----------|----------|----------------|-----------------|-----------------|
| Ágios nas aquisições (b) | | | | | | |
| Ações da Santos-Brasil | - | - | 3.254 | - | 125.058 | 121.804 |
| Pará Empreendimentos | - | - | 1.059 | - | 25.266 | 24.207 |
| Union | 17.664 | - | 828 | - | - | 16.836 |
| Softwares | | | | | | |
| Sistemas de processamento de dados | 55 | - | 904 | 1.478 | 7.876 | 8.505 |
| Outros Intangíveis | | | | | | |
| <i>Software</i> | | | | | | |
| Em desenvolvimento | <u>25</u> | <u>41</u> | <u>-</u> | <u>(1.163)</u> | <u>1.229</u> | <u>132</u> |
| Subtotal | 132.900 | 41 | 12.727 | 315 | 217.619 | 338.148 |
| Vida útil indefinida | | | | | | |
| Outros (d) | | | | | | |
| Projeto Barnabé-Bagres | - | - | - | - | 12.155 | 12.155 |
| (-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(12.155)</u> | <u>(12.155)</u> |
| Subtotal | - | - | - | - | - | - |
| Total | 132.900 | 41 | 12.727 | 315 | 217.619 | 338.148 |

| | Saldo Inicial | Adições | Amortização | Baixas / Efeitos não monetários | Incorporação (*) | Saldo Final |
|------------------------------------|---------------|----------|-------------|---------------------------------|------------------|-------------|
| Vida útil definida | | | | | | |
| Direitos de exploração (a) | | | | | | |
| Tecon Imbituba | - | - | 2.029 | - | 110.815 | 108.786 |
| Terminal de Carga Geral Imbituba | - | - | - | - | 6.370 | 6.370 |
| Ágios nas aquisições (b) | | | | | | |
| Union | - | - | - | - | 17.664 | 17.664 |
| Softwares | | | | | | |
| Sistemas de processamento de dados | - | - | 3 | (28) | 30 | 55 |
| Outros Intangíveis | | | | | | |
| <i>Software</i> | | | | | | |
| Em desenvolvimento | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>25</u> | <u>25</u> |
| Total | - | - | 2.032 | (28) | 134.904 | 132.900 |

| | | | | | |
|---|-----|-----------------|-----------|-----------------|-----------------|
| TEV | 4 | 223.493 | 17.879 | 205.614 | 214.553 |
| Ágios nas aquisições (b) | | | | | |
| Ações da Santos-Brasil | 7,2 | 321.264 | 199.460 | 121.804 | 132.962 |
| Pará Empreendimentos | 9,8 | 37.760 | 13.553 | 24.207 | 27.838 |
| Union | 4,5 | 18.983 | 2.147 | 16.836 | 17.664 |
| Softwares | | | | | |
| Sist. de processamento de dados | 20 | 27.532 | 16.397 | 11.135 | 10.475 |
| Outros Intangíveis | | | | | |
| <i>Software</i> | | | | | |
| Em desenvolvimento | | <u>805</u> | <u>-</u> | <u>805</u> | <u>2.365</u> |
| Subtotal | | 888.723 | 341.658 | 547.065 | 582.880 |
| Vida útil indefinida | | | | | |
| Ágios nas aquisições (c) | | | | | |
| Nova Logística | - | 47.575 | 8.110 (*) | 39.465 | 39.465 |
| Outros (d) | | | | | |
| Projeto Barnabé-Bagres | - | 12.155 | - | 12.155 | 12.155 |
| (-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres | | <u>(12.155)</u> | <u>-</u> | <u>(12.155)</u> | <u>(12.155)</u> |
| Subtotal | | 47.575 | 8.110 | 39.465 | 39.465 |
| Total | | 936.298 | 349.768 | 586.530 | 622.345 |
| (*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008. | | | | | |

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

| | Saldo Inicial | Adições | Amortização | Baixas / Efeitos não monetários | Saldo Final |
|-----------------------------------|---------------|---------|-------------|---------------------------------|-------------|
| Vida útil definida | | | | | |
| Direitos de exploração (a) | | | | | |
| Tecon 1 Santos | 61.867 | - | 5.192 | - | 56.675 |
| Tecon Imbituba | 108.786 | - | 4.867 | - | 103.919 |
| Terminal de Carga Geral Imbituba | 6.370 | - | 300 | - | 6.070 |
| TEV | 214.553 | - | 8.939 | - | 205.614 |

| | | | | | |
|---|-----------------|--------------|----------|----------------|-----------------|
| Ágios nas aquisições (b) | | | | | |
| Ações da Santos-Brasil | 132.962 | - | 11.158 | - | 121.804 |
| Pará Empreendimentos | 27.838 | - | 3.631 | - | 24.207 |
| Union | 17.664 | - | 828 | - | 16.836 |
| Softwares | | | | | |
| Sistemas de processamento de dados | 10.475 | 100 | 3.869 | 4.429 | 11.135 |
| Outros Intangíveis | | | | | |
| <i>Software</i> | | | | | |
| Em desenvolvimento | <u>2.365</u> | <u>1.336</u> | <u>-</u> | <u>(2.896)</u> | <u>805</u> |
| Subtotal | 582.880 | 1.436 | 38.784 | 1.533 | 547.065 |
| Vida útil indefinida | | | | | |
| Ágios nas aquisições (c) | | | | | |
| Nova Logística | 39.465 | - | - | - | 39.465 |
| Outros (d) | | | | | |
| Projeto Barnabé-Bagres | 12.155 | - | - | - | 12.155 |
| (-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres | <u>(12.155)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(12.155)</u> |
| Subtotal | 39.465 | - | - | - | 39.465 |
| Total | 622.345 | 1.436 | 38.784 | 1.533 | 586.530 |

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, está demonstrada no quadro a seguir:

| | Saldo Inicial | Adições | Amortização | Baixas / Efeitos não monetários | Saldo Final |
|-----------------------------------|----------------------|----------------|--------------------|--|--------------------|
| Vida útil definida | | | | | |
| Direitos de exploração (a) | | | | | |
| Tecon 1 Santos | 67.059 | - | 5.192 | - | 61.867 |
| Tecon Imbituba | 113.655 | - | 4.869 | - | 108.786 |
| Terminal de Carga Geral Imbituba | 6.686 | - | 316 | - | 6.370 |

| | | | | | |
|---|-----------|--------------|----------|-----------------|-----------------|
| TEV | 223.493 | - | 8.940 | - | 214.553 |
| Ágios nas aquisições (b) | | | | | |
| Ações da Santos-Brasil | 144.120 | - | 11.158 | - | 132.962 |
| Pará Empreendimentos | 31.927 | - | 4.089 | - | 27.838 |
| Union | 18.543 | - | 880 | 1 | 17.664 |
| Softwares | | | | | |
| Sistemas de processamento de dados | 11.991 | 1.718 | 3.606 | 372 | 10.475 |
| Outros Intangíveis | | | | | |
| <i>Software</i> | | | | | |
| Em desenvolvimento | <u>33</u> | <u>2.332</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>2.365</u> |
| Subtotal | 617.507 | 4.050 | 39.050 | 373 | 582.880 |
| Vida útil indefinida | | | | | |
| Ágios nas aquisições (c) | | | | | |
| Nova Logística | 36.133 | 3.333 | - | (1) | 39.465 |
| Outros (d) | | | | | |
| Projeto Barnabé-Bagres | 11.407 | 748 | - | - | 12.155 |
| (-) Provisão baixa Projeto Barnabé-Bagres | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(12.155)</u> | <u>(12.155)</u> |
| Subtotal | 47.540 | 4.081 | - | (12.156) | 39.465 |
| Total | 665.047 | 8.131 | 39.050 | (11.783) | 622.345 |

a. Direitos de exploração

Os direitos de exploração se referem às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, o Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997 (Nota Explicativa nº 1-a), o Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008 (Nota Explicativa nº 1-b) e o Terminal de Carga Geral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006 (Nota Explicativa nº 1-d), sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento, todos de 25 anos.

Conforme Nota Explicativa nº 1-d, a controlada Union, foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação no montante de R\$4.711, e efetuou o pagamento final, em 4 de janeiro de 2010 no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

b. Ágio nas aquisições – com vida útil definida

No exercício de 2006, antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa daquelas empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio. Esse ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo o OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos (Nota Explicativa nº 1-a) foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual desse contrato de arrendamento.

A aquisição da Convicon foi consumada em 9 de abril de 2008 - através da controlada Nara Valley -, pelo montante de R\$45.000, que comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Esta transação se deu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Convicon.

O fundamento econômico do ágio na aquisição da Convicon é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde (Nota Explicativa nº 1-e) e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Union, arrendatária do Terminal de Carga Geral de Imbituba (Nota Explicativa nº 1-d) - através da então controlada Tremarctos -, foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio inicial no valor de R\$19.332.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Union é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do terminal referido acima e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

c. Ágio nas aquisições – com vida útil indefinida

A aquisição da Nova Logística, na época denominada Mesquita, (Nota Explicativa nº 1-c) foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$44.242.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Nova Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em 5 anos, nas regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não possuem prazo definido. Todavia, a sua recuperação é testada anualmente e se necessária uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística – Nova Logística, por corresponder ao nível mais baixo da unidade geradora de caixa. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011 foi efetuado o teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2012 e o planejamento de longo prazo até 2021, elaborados para a controlada Nova Logística, a qual representa o segmento de negócios de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada acompanhando o crescimento do mercado, até atingir a capacidade instalada;
- crescimento dos volumes no negócio de Centros de Distribuição e Transporte;
- política de preços com repasse da inflação dos custos, estimada na média de 3,50% ao ano;
- obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos;
- taxa nominal de desconto de 14,52%, aplicada no conceito de fluxo de caixa

descontado, tendo o *EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* como fluxo de entrada de recursos e os investimentos no ativo fixo e no capital de giro como fluxos de saída de recursos;

- na base de 31 de dezembro de 2011 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais incluindo o ágio.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior em R\$100.659 ao valor dos ativos operacionais de R\$153.244 em 31 de dezembro de 2011, nos quais está inserido o ágio. Em 31 de dezembro de 2010 era superior em R\$144.504. Caso haja alterações significativas nas premissas adotadas, ainda sim o valor contábil não será superior ao valor recuperável.

d. Outros – Projeto Barnabé-Bagres

Refere-se a valores gastos, pela então controlada Santos-Brasil, com a realização de estudos e levantamentos para a elaboração de projeto de implantação do Complexo Portuário Barnabé-Bagres, destinado a promover o aproveitamento do potencial portuário da margem esquerda na área continental de Santos, com o amparo de estudos de viabilidade econômica, com vistas à ampliação do Porto de Santos. O projeto foi apresentado pela então controlada Santos-Brasil e está aguardando o processo de escolha a ser efetuado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo, que conferirá ao projeto escolhido o direito de ressarcimento dos gastos efetuados, sujeitos à análise e aprovação da referida entidade. A Administração optou pela provisão da baixa deste intangível até que seja definida a escolha do projeto. Não sendo escolhido o projeto, a provisão será baixada e tomada a dedutibilidade para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

15 Empréstimos e financiamentos

| | Juros e comissões | Atualizações | Amortização | Controladora | |
|--------------------------------|-------------------|--------------|-------------|----------------|------------|
| | | | | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Moeda nacional: | | | | | |
| Notas promissórias | 4%a.a. | CDI | Única | 150.000 | - |
| (-) Custos de captação | | | | <u>(166)</u> | - |
| Valor líquido captado | | | | 149.834 | - |
| (+) Juros e custos apropriados | | | | <u>15.832</u> | - |
| Subtotal | | | | <u>165.666</u> | - |

| | | | | | |
|------------------------------------|------------------------------|------------------|------------|-----------------|-----------------|
| CCE – Credit Suisse | 3,50%a.a. | CDI | Trimestral | 250.000 | 250.000 |
| (-) Custos de captação | | | | <u>(3.750)</u> | <u>(3.750)</u> |
| Valor líquido captado | | | | 246.250 | 246.250 |
| (+) Juros e custos apropriados | | | | 3.429 | 3.260 |
| (-) Amortização da dívida | | | | <u>(88.235)</u> | <u>(29.412)</u> |
| Subtotal | | | | <u>161.444</u> | <u>220.098</u> |
| NCE – Nota de crédito à exportação | 1,60%a.a. | CDI | Semestral | 150.000 | - |
| (-) Custos de captação | | | | <u>(375)</u> | <u>-</u> |
| Valor líquido captado | | | | 149.625 | - |
| (+) Juros e custos apropriados | | | | <u>924</u> | <u>-</u> |
| Subtotal | | | | <u>150.549</u> | <u>-</u> |
| Finame | 3,70% a.a. até 6,00% a.a. | URTJLP | Mensal | 203 | - |
| | 18,44% a.a. até 23,70% a.a. | - | Mensal | | |
| Leasing | | | | <u>29</u> | <u>-</u> |
| Subtotal | | | | <u>232</u> | <u>-</u> |
| Total | | | | <u>477.891</u> | <u>220.098</u> |
| Moeda estrangeira: | | | | | |
| Finimp | Libor + 2,25% até 3,53% a.a. | Variação Cambial | Semestral | 138.418 | 12.198 |
| Darby Brazil Mezzanine | | Variação Cambial | | <u>342</u> | <u>-</u> |
| Total | | | | <u>138.760</u> | <u>12.198</u> |
| Total geral | | | | 616.651 | 232.296 |
| (-) Parcelas de curto prazo | | | | (305.830) | (64.557) |
| Parcelas de longo prazo | | | | 310.821 | 167.739 |

| | | | | Consolidado | |
|------------------------------------|-----------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| | Juros e comissões | Atualizações | Amortização | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Moeda nacional: | | | | | |
| Finame | 3,70% a.a. até 6,00% a.a. | URTJLP | Mensal | 12.609 | 10.754 |
| Banco do Estado do Pará | 5% a.a. | TJLP | Mensal | 2.112 | 2.570 |
| | 18,44% a.a. até 23,70% a.a. | - | Mensal | | |
| Leasing | | | | 29 | 836 |
| Capital de giro | 31% a.a. do CDI | CDI | Única | - | 20.162 |
| Notas promissórias | 4% a.a. | CDI | Única | 165.666 | - |
| NCE – Nota de crédito à exportação | 1,60% a.a. | CDI | Semestral | 150.549 | - |
| CCE – Credit Suisse | 3,50% a.a. | CDI | Trimestral | <u>161.444</u> | <u>220.098</u> |

| | | | | | |
|-----------------------------|---|--------------------|----------------------------|----------------|----------------|
| Subtotal | | | | <u>492.409</u> | <u>254.420</u> |
| Moeda estrangeira: | | | | | |
| | Libor e Euro Libor + 1,75% até 6,31% a.a. | Varição Cambial | Mensal/Trim./ Semestral | | |
| Finimp | | Varição Cambial | | 141.808 | 105.756 |
| Darby Brazil Mezzanine | | Varição Cambial | | 342 | 303 |
| Supplier Credit | 5,50% à 6,4%a.a. | Varição Cambial | Semestral | 2.977 | 4.458 |
| Leasing | 5% a.a. | Varição Cambial | Mensal | - | 310 |
| Subtotal | | | | <u>145.127</u> | <u>110.827</u> |
| Total | | | | 637.536 | 365.247 |
| (-) Parcelas de curto prazo | | | | (312.073) | (127.153) |
| Parcelas de longo prazo | | | | 325.463 | 238.094 |

Em 10 de setembro de 2009, a Companhia finalizou o processo de emissão particular de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), tendo como credor o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.. Com a operação a Companhia captou recursos no montante de R\$250.000, que foram destinados fundamentalmente para o pagamento de dívidas de curto prazo, bem como para reforço de capital de giro. A taxa efetiva da captação destes recursos, considerando os custos de captação no valor de R\$3.750, é de 10,30% a.a..

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do Imposto de Renda Retido na Fonte na remessa, conforme previsão contratual.

Garantias

- Garantias Concedidas*

| Financiamento | Vencimento | Moeda | Garantias (*) |
|-------------------------|------------|----------|--|
| Finame | Dez/15 | R\$ | Equipamento objeto da transação |
| Banco do Estado do Pará | Jun/14 | R\$ | Fiança Bancária |
| Finimp | Jul/17 | US\$ / € | Equipamento objeto da transação |
| Darby Brazil Mezzanine | (**) | US\$ | Não há |
| Leasing | Jan/12 | R\$ | Equipamento objeto da transação |
| Supplier Credit | Mar/14 | € | Stand By Letter Credit / Aval Santos Brasil Participações S.A. |
| CCE – Credit Suisse | Set/14 | R\$ | Recebíveis |
| Notas Promissórias | Fev/12 | R\$ | Aval |

(*) Conforme Nota Explicativa nº 13.

(**) Pagamento aguardando formalização do contrato para remessa.

As garantias das Cédulas de Crédito à Exportação e das Notas promissórias eram dadas pela então controlada Santos-Brasil, sendo representadas pela capacidade de geração de recursos das operações da filial Tecon Santos, que compôs a parte cindida e incorporada da referida controlada.

Para as garantias *Stand By Letter Credit* e avais o valor é limitado ao total contratado.

- Garantias Obtidas*

Na data base de 31 de dezembro de 2011 não possuímos nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto ou de quaisquer outras operações existentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida a longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

| Financiamento/Ano | 2.013 | 2.014 | 2.015 | 2.016 | 2.017 | Total |
|--------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| Finame | 3.303 | 3.166 | 2.335 | 161 | - | 8.965 |
| Banco do Estado do Pará | 845 | 422 | - | - | - | 1.267 |
| <i>Supplier Credit</i> | 1.166 | 583 | - | - | - | 1.749 |
| Finimp | 39.963 | 22.941 | 13.376 | 10.814 | 4.943 | 92.037 |
| CCE – Credit Suisse | 58.106 | 43.579 | - | - | - | 101.685 |
| NCE – Safra | <u>59.880</u> | <u>59.880</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>119.760</u> |
| Total | 163.263 | 130.571 | 15.711 | 10.975 | 4.943 | 325.463 |

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas, apuradas anualmente, ou seja, em 31 de dezembro de 2011, relativas à manutenção de certos índices financeiros, que estavam atendidos naquela data. O quadro a seguir explicita tais índices:

| Contratos | Indicadores | Índice padrão |
|---|---|-----------------------|
| | Cobertura do Serviço da Dívida - ISCD 1 | Maior ou igual a 1,40 |
| Finimp | Relação de Capital de Terceiros s/Capital Próprio | Menor ou igual a 1,50 |
| | Relação da Dívida Bancária Líquida s/ EBITDA | Menor ou igual a 2,00 |
| | Relação Patrimônio Líquido s/ Ativo Total | Maior ou igual a 40% |
| | Relação da Dívida Bancária Líquida s/ EBITDA | Menor a 2,00 |
| Notas promissórias e CCE – Credit Suisse | Relação do EBITDA s/ Despesas Financeiras | Maior ou igual a 3,00 |

16 Debêntures

| | Juros e comissões | Atualizações | Amortização | Controladora e Consolidado | |
|---------------------------------|--------------------------|---------------------|--------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | | | | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Debêntures | 2,20% a.a. | CDI | Anual | 100.000 | 100.000 |
| (-) Custos debêntures | | | | <u>(1.350)</u> | <u>(1.350)</u> |
| Valor líquido captado | | | | 98.650 | 98.650 |
| (+) Juros e custos apropriados | | | | 2.209 | 2.367 |
| (-) Amortização da dívida | | | | <u>(33.333)</u> | <u>-</u> |
| Total | | | | 67.526 | 101.017 |
| (-) Parcelas de curto prazo | | | | (34.344) | (34.953) |
| Parcelas de longo prazo | | | | 33.182 | 66.064 |

Em 8 de março de 2010, foi realizada Reunião do Conselho de Administração aprovando a celebração da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, confirmada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de abril de 2010.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia emitiu 100 debêntures, totalizando R\$100.000, com prazo de vencimento em 30 de abril de 2013, remuneradas à taxa média da DI acrescida de 2,20% ao ano. A taxa efetiva da captação destes recursos, considerando os custos de captação no valor de R\$1.350, é de 10,17% a.a..

As debêntures, totalmente colocadas, geraram encargos financeiros no exercício findo em 31 de

dezembro de 2011, no montante de R\$10.991, reconhecidos no resultado.

As debêntures até a incorporação em 15 de setembro de 2011 tinham garantia fidejussória da então controlada Santos-Brasil, como devedora solidária de todas as obrigações pelo valor colocado, sendo representada pela capacidade de geração de recursos das operações da filial Tecon Santos, que compôs a parte cindida e incorporada da referida controlada.

Esta Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures têm cláusulas restritivas, apuradas anualmente, relativas à manutenção de certos índices financeiros, que estão sendo atendidos. O quadro a seguir explicita tais índices:

| Contratos | Indicadores | Índice padrão |
|-------------------|---|-----------------------|
| Debêntures | Relação da Dívida Líquida s/ EBITDA | Menor ou igual a 3,00 |
| | Relação do EBITDA s/ Despesas Financeiras | Maior ou igual a 1,00 |

17 Impostos parcelados - Consolidado

A controlada Nova Logística apresentava débitos de impostos com pagamentos parcelados, conforme segue:

| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | 4.836 | 4.948 |

O montante de R\$4.836 registrado no curto prazo, referem-se a processos inscritos no Refis da Lei 11.941/09, cuja adesão ao programa ocorreu em novembro de 2009, tendo o seu deferimento em fevereiro de 2010.

18 Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, depósitos judiciais e contingências - Consolidado

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Processo CADE - Multa (a) | 1.616 | 1.521 |
| Processo CADE - Faturamento TRA (a) | 92.965 | 74.318 |
| Provisão Trabalhista (b) | 11.272 | 7.118 |
| Provisão Processo Codesp | 1.047 | 971 |
| Provisão Processo FAP (c) | 2.927 | 1.857 |
| Outros Processos (d) | <u>1.705</u> | <u>1.585</u> |

| | | |
|-------|---------|--------|
| Total | 111.532 | 87.370 |
|-------|---------|--------|

Os valores depositados judicialmente relativos às contingências em discussão eram:

| | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
|--|---------------|---------------|
| Processo CADE - Multa (a) | 1.616 | 1.521 |
| Processo CADE - Faturamento TRA (a) | 82.951 | 69.721 |
| Processos Trabalhistas (b) | 7.608 | 3.065 |
| Processo Codesp | 1.047 | 971 |
| Processo Fator Acid. de Prev. - FAP | 1.920 | - |
| Outros Processos (d) | <u>1.562</u> | <u>1.444</u> |
| Subtotal | 96.704 | 76.722 |
| Outros depósitos judiciais (e) | <u>37.160</u> | <u>34.562</u> |
| Total | 133.864 | 111.284 |

- (a)** Os provisionamentos relacionados ao CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica referem-se ao processo que tramitou naquele órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou por administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados (TRAs) pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado e a Companhia foi condenada: (i) a multa pecuniária e (ii) a interromper a cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar com a cobrança mediante depósito judicial integral dos valores cobrados e depósito do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$74.796 e R\$1.616, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em Juízo: uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS e a COFINS, e a outra tramita na Comarca do Guarujá, que engloba o ISSQN, com valores totais já depositados de R\$8.155.

- (b)** O valor da provisão trabalhista, líquido do depósito judicial a ela relacionado refere-se a então controlada Santos-Brasil, no montante de R\$7.608.

- (c)** O provisionamento refere-se à impugnação administrativa perante o INSS face à nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP – Fator Acidentário de Prevenção, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e afastamentos de funcionários, em comparação às empresas que exercem a mesma atividade econômica (CNAE), o qual resultou no aumento de 72% do último valor pago por sua filial operacional Tecon Santos. Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizado Mandado de Segurança, cuja liminar foi concedida para afastar a exigibilidade do crédito até julgamento da Impugnação para Controladora e para suas controladas Nova Logística, Convicon e Union. Em razão dos recursos não terem sido providos, foi ajuizada medida cautelar, requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral do crédito da Controladora no montante de R\$2.243 e de

suas controladas, composto por: (i) R\$627 Nova Logística; (ii) R\$34 Convicon e (iii) R\$23 Union.

- (d) Referem-se, basicamente, a um processo de denúncia espontânea de multa sobre tributos federais da controlada Convicon, no montante de R\$1.705 com cobertura depósito judicial.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como Outros, relacionados à Controladora, estão compostos por: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, no montante de R\$1.159 e R\$7.259, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$1.967; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$9.105; (iv) depósito de INSS e de IR sobre o Plano de Demissão Voluntária (PDV) e do Fundo de Natureza não Salarial do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente (SINDESTIVA), Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685 e (v) outros depósitos na esfera Tributária e Civil, no valor de R\$6.508. Os depósitos judiciais classificados como Outros, relacionados: (i) à controlada Nova Logística, se referem a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$9.424 e (ii) à controlada Convicon, se referem a processo judicial de recurso FGTS, no montante de R\$53.

Para os processos referentes à controlada Nova Logística, mencionados em (b) e (d), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade dos seus antigos acionistas. Assim, um montante equivalente foi reconhecido no ativo não circulante, como contas a receber de antigos acionistas - Nova Logística.

A movimentação das provisões para contingências, no trimestre findo em 31 de dezembro de 2011, está demonstrada no quadro a seguir:

| | Saldo inicial | Adição à provisão | Reversão | Saldo final |
|-------------------------------------|---------------|-------------------|----------|-------------|
| Processo CADE - multa | 1.521 | 95 | - | 1.616 |
| Processo CADE - faturamento TRA | 74.318 | 18.647 | - | 92.965 |
| Provisão trabalhista | 7.118 | 5.923 | 1.769 | 11.272 |
| Provisão processo Codesp | 971 | 76 | - | 1.047 |
| Provisão Fator Acid. De Prev. - FAP | 1.857 | 1.070 | - | 2.927 |
| Outros processos | 1.585 | 167 | 47 | 1.705 |
| Total | 87.370 | 25.978 | 1.816 | 111.532 |

A Companhia e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$187.746, além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança, em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

19 Classificação do arrendamento mercantil - Consolidado

a. Arrendamento financeiro

A Companhia possui 7 ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro (*leasing*).

Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

| | 31.12.2011 |
|------------------------------------|-------------------|
| Equipamentos de informática | 448 |
| Sistemas de processamento de dados | <u>566</u> |
| Total | 1.014 |

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu como juros o montante de R\$145, relativo a despesas financeiras, e R\$467 como despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos, em 31 de dezembro de 2011, estavam segregados da seguinte forma:

| | Valor presente dos pagamentos mínimos | Juros | Pagamentos futuros mínimos |
|--------------------|--|--------------|---------------------------------------|
| De um a cinco anos | 29 | - | 29 |

b. Arrendamento operacional

A Companhia, através das suas filiais, e suas controladas possuem contratos de concessão e as parcelas de arrendamento a serem apropriadas no resultado, por competência, a partir do próximo exercício, estão demonstradas a seguir:

| Contrato/ano | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 a 2035 | Total |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|--------------|
| Tecon Santos | 29.815 | 29.815 | 29.815 | 206.220 | 295.665 |
| Tecon Imbituba | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 57.950 | 67.100 |
| Union - TEV | 2.583 | 2.583 | 2.583 | 44.557 | 52.306 |
| Convicon | <u>758</u> | <u>758</u> | <u>758</u> | <u>2.021</u> | <u>4.295</u> |
| Total | 36.206 | 36.206 | 36.206 | 310.748 | 419.366 |

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centro de Distribuição da controlada Nova Logística), que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 geraram despesas no montante de R\$9.716.

20 Patrimônio líquido - Controladora

a. Capital social

| <u>Ações ordinárias</u> | | <u>Ações preferenciais</u> | |
|--------------------------------|-------------|-----------------------------------|-------------|
| 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |

| | | | | |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Emitidas em 1º de janeiro | 452.567.461 | 452.567.461 | 203.208.988 | 203.208.988 |
| Exercício de opção de ações | 1.016.969 | - | 4.067.876 | - |
| Emitidas em 31 de dezembro | <u>453.584.430</u> | <u>452.567.461</u> | <u>207.276.864</u> | <u>203.208.988</u> |

| | | | | |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Autorizadas sem valor nominal | 453.584.430 | 452.567.461 | 207.276.864 | 203.208.988 |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|

Do total de ações, 207.998.345 se encontravam em circulação, naquela data, sendo 41.599.669 ações ordinárias e 166.398.676 ações preferenciais; representadas por 41.599.669 units.

Units são certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, cada um representando uma ação ordinária e quatro ações preferenciais.

Em 31 de março de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$2.837, sendo integralizado R\$284 em março de 2011 e R\$2.553 em abril de 2011. Foram emitidas 294.546 ações ordinárias e 1.178.184 ações preferenciais.

Em 30 de abril de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$8.682. Foram emitidas 690.792 ações ordinárias e 2.763.168 ações preferenciais.

Em 31 de maio de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$132. Foram emitidas 13.762 ações ordinárias e 55.048 ações preferenciais.

Em 31 de agosto de 2011, ocorreu o aumento de capital referente às opções exercidas, conforme Nota Explicativa nº 24, no montante de R\$172. Foram emitidas 17.869 ações ordinárias e 71.476 ações preferenciais.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a alienação do seu controle acionário, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 da BOVESPA oferta pública de aquisição de todas as ações dos demais acionistas da Companhia de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 (dois bilhões e um mil) ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não possuem dividendos assegurados.

b. Reserva de capital

- *Plano de opção de compra de ações*

Representados pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (Nota Explicativa nº 24), obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

- *Outras*

Na incorporação de ações, conforme Nota Explicativa nº 1, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil, na data base de 31 de dezembro de 2006, foi levado para a conta de capital social da Controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil, representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado neste grupo de Reserva de Capital.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$ 4.548.

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley adquiriu, conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$ 5.478.

c. *Reserva de lucros*

- *Reserva Legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva para investimento e expansão*

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme Orçamentos de Capital.

d. *Remuneração aos acionistas*

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Segue a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

| | % | 31.12.2011 |
|----------------------------|---|------------|
| Lucro líquido do exercício | | 246.562 |

| | |
|-------------------------------|----------|
| Constituição da reserva legal | (12.328) |
|-------------------------------|----------|

| | |
|-----------------------------------|-----------------------|
| Lucro líquido ajustado (a) | <u>234.234</u> |
|-----------------------------------|-----------------------|

| | | |
|--|-------|--------|
| Dividendos mínimos obrigatórios | 25,0% | 58.558 |
|--|-------|--------|

Remuneração aos acionistas

| | |
|--|--------|
| Dividendos intermediários, imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2011 (b) | 90.000 |
|--|--------|

| | |
|---|--------|
| Juros sobre o capital próprio, imputável aos dividendos mínimos obrigatórios, adiantados no decorrer do exercício de 2011 (c) | 72.868 |
|---|--------|

| | |
|--|---------|
| Imposto de renda na fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio (d) | (9.306) |
|--|---------|

| | |
|--|----------------------|
| Dividendos complementares propostos (e) | <u>24.519</u> |
|--|----------------------|

| | | |
|---|-------|-----------------------|
| Remuneração líquida aos acionistas (b + c – d + e) | 76,0% | <u>178.081</u> |
|---|-------|-----------------------|

| | | |
|---|-------|-----------------------|
| Remuneração bruta aos acionistas (b + c + e) | 80,0% | <u>187.387</u> |
|---|-------|-----------------------|

Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio líquidos pagos e creditados por classe de ação foram:

| | |
|------------------|---------|
| Ações ordinárias | 105.398 |
|------------------|---------|

| | |
|---------------------|---------------|
| Ações preferenciais | <u>48.164</u> |
|---------------------|---------------|

| | |
|-------|---------|
| Total | 153.562 |
|-------|---------|

| | |
|--|---------------|
| Dividendos complementares propostos | 24.519 |
|--|---------------|

| | |
|--------------------------------|-------------|
| Quantidade de ações ordinárias | 453.584.430 |
|--------------------------------|-------------|

| | |
|--|----------------|
| Valor unitário de dividendos complementares por ação | R\$0,037102090 |
|--|----------------|

| | |
|-----------------------------------|-------------|
| Quantidade de ações preferenciais | 207.276.864 |
|-----------------------------------|-------------|

| | |
|--|----------------|
| Valor unitário de dividendos complementares por ação | R\$0,037102090 |
|--|----------------|

| | |
|---------------------------|---------------|
| Retenção de lucros | 46.847 |
|---------------------------|---------------|

21 Receita Operacional

Conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Receita bruta fiscal | 314.117 | 4.344 | 1.278.736 | 982.655 |
| Deduções da receita | | | | |
| Impostos sobre vendas | 26.921 | 415 | 121.356 | 88.180 |
| Outros | <u>7.708</u> | <u>145</u> | <u>32.710</u> | <u>28.942</u> |
| Total de receita contábil | 279.488 | 3.784 | 1.124.670 | 865.533 |

22 Outras receitas e despesas operacionais

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Outras receitas operacionais: | | | | |
| Ressarcimento de ISS s/ notas canceladas | 110 | 3 | 899 | 553 |
| Ganho na venda de ativo | 66 | - | 1.325 | 76 |
| Correção adiantamento para fundo de dragagem | 290 | 323 | 290 | 667 |
| Correção de depósitos judiciais | 173 | - | 525 | 377 |
| Outras | <u>20</u> | <u>-</u> | <u>792</u> | <u>648</u> |
| Total | 659 | 326 | 3.831 | 2.321 |
| Outras despesas operacionais: | | | | |
| Perda no reembolso de investimento - TEV | - | - | - | 2.378 |
| Projetos Inviabilizados | 4.295 | - | 4.835 | 12.730 |
| Outros | <u>87</u> | <u>-</u> | <u>873</u> | <u>671</u> |
| Total | 4.382 | - | 5.708 | 15.779 |

O montante de R\$2.378, apresentado em 2010, se refere à perda resultante da diferença entre os valores originais investidos no TEV e os valores ressarcidos pela CODESP.

23 Receitas e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimento de aplicação financeira | 9.031 | 4.818 | 20.802 | 15.901 |
| Juros de mútuo (*) | 3.123 | 3.040 | - | - |
| Variações monetárias e cambiais ativas | 43.494 | 27.803 | 51.589 | 51.618 |
| Valor justo operação <i>Swap</i> | 24.291 | 50.879 | 25.282 | 54.172 |
| Outros | <u>1.460</u> | <u>668</u> | <u>2.515</u> | <u>2.112</u> |

| | | | | |
|--|------------|------------|--------------|--------------|
| Total | 81.399 | 87.208 | 100.188 | 123.803 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros | 46.653 | 35.880 | 50.387 | 42.434 |
| Juros de mútuo (*) | 4.437 | 505 | - | - |
| Variações monetárias e cambiais passivas | 48.370 | 15.229 | 62.621 | 37.834 |
| IOF sobre operações de mútuos | 753 | 571 | 1.376 | 1.043 |
| Valor justo da operação de <i>Swap</i> | 30.714 | 40.324 | 31.324 | 43.813 |
| Outros | <u>330</u> | <u>154</u> | <u>1.447</u> | <u>1.836</u> |
| Total | 131.257 | 92.663 | 147.155 | 126.960 |
| Resultado financeiro | (49.858) | (5.455) | (46.967) | (3.157) |

(*) Conforme Nota Explicativa nº 7-a.

24 Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (Plano) para administradores e funcionários de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto por três membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do mesmo Conselho.

O Conselho de Administração ou o Comitê cria, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (Programas), agrupadas em Units (Nota Explicativa nº 20-a), onde são definidos os Beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de Units da Companhia que cada Beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixadas em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário.

O preço das Units a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da opção (Preço de Exercício), é equivalente ao valor médio das Units dos últimos 30 pregões da BOVESPA, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária com base na variação de um índice de preços, e ainda de juros, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, pode conceder aos Beneficiários um desconto de até 15% no Preço de Exercício.

As Units da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de Units, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2011, os Programas em vigência eram os discriminados na tabela a seguir:

| Programas | Preços de exercício (*) | Qtde. de unidades outorgadas | Prazos de carência | Prazos de exercício | Valores das opções (*) | Qtde. de unidades exercidas | Qtde. de unidades vencidas / caducadas | Qtde. de unidades - saldo |
|--|-------------------------------|------------------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------------|-----------------------------------|---|---------------------------------|
| | R\$/Unit | | | | R\$/Unit | | | |
| 20/10/06 - Programa 2006 | 20,70 | <u>231.493</u> | | | 10,70 | <u>34.200</u> | <u>197.293</u> | <u>-</u> |
| - 1º. Lote Anual | | 77.164 | 20/10/07 | 20/10/09 | | - | 77.164 | - |
| - 2º. Lote Anual | | 77.164 | 20/10/08 | 20/10/10 | | - | 77.164 | - |
| - 3º. Lote Anual | | 77.165 | 20/10/09 | 20/10/11 | | 34.200 | 42.965 | - |
| 13/08/07 - Programa 2007 | 25,67 | <u>342.572</u> | | | 12,02 | <u>-</u> | <u>233.671</u> | <u>108.901</u> |
| - 1º. Lote Anual | | 114.191 | 13/08/08 | 13/08/10 | | - | 114.191 | - |
| - 2º. Lote Anual | | 114.191 | 13/08/09 | 13/08/11 | | - | 114.191 | - |
| - 3º. Lote Anual | | 114.190 | 13/08/10 | 13/08/12 | | - | 5.289 | 108.901 |
| 28/02/08 - Programa 2008 | 22,23 | <u>456.331</u> | | | 10,22 | <u>142.199</u> | <u>165.748</u> | <u>148.384</u> |
| - 1º. Lote Anual | | 152.110 | 28/02/09 | 28/02/11 | | - | 152.110 | - |
| - 2º. Lote Anual | | 152.110 | 28/02/10 | 28/02/12 | | 71.098 | 6.819 | 74.193 |
| - 3º. Lote Anual | | 152.111 | 28/02/11 | 28/02/13 | | 71.101 | 6.819 | 74.191 |
| 28/02/08 - Programa Complementar 2008 | 22,23 | <u>1.115.760</u> | | | 7,17 | <u>-</u> | <u>1.115.760</u> | <u>-</u> |
| - Lote Anual | | 1.115.760 | sem carência | 28/02/11 | | - | 1.115.760 | - |
| 27/01/09 - Programa 2009 | 6,59 | <u>1.170.153</u> | | | 3,64 | <u>755.258</u> | <u>31.205</u> | <u>383.690</u> |
| - 1º. Lote Anual | | 390.051 | 27/01/10 | 27/01/12 | | 377.629 | 9.981 | 2.441 |
| - 2º. Lote Anual | | 390.051 | 27/01/11 | 27/01/13 | | 377.629 | 9.981 | 2.441 |
| - 3º. Lote Anual | | 390.051 | 27/01/12 | 27/01/14 | | - | 11.243 | 378.808 |
| 27/01/10 - Programa 2010 | 15,35 | <u>605.201</u> | | | 6,77 | <u>85.312</u> | <u>18.474</u> | <u>501.415</u> |
| - 1º. Lote Anual | | 201.734 | 09/03/11 | 09/03/13 | | 85.312 | 5.635 | 110.787 |
| - 2º. Lote Anual | | 201.734 | 09/03/12 | 09/03/14 | | - | 6.419 | 195.315 |
| - 3º. Lote Anual | | 201.733 | 09/03/13 | 09/03/15 | | - | 6.420 | 195.313 |
| 19/04/11 - Programa 2011 | 21,71 | <u>535.278</u> | | | 9,12 | <u>-</u> | <u>8.858</u> | <u>526.420</u> |
| - 1º. Lote Anual | | 178.426 | 01/02/12 | 01/02/14 | | - | 2.952 | 175.474 |
| - 2º. Lote Anual | | 178.426 | 01/02/13 | 01/02/15 | | - | 2.952 | 175.474 |
| - 3º. Lote Anual | | 178.426 | 01/02/14 | 01/02/16 | | - | 2.954 | 175.472 |
| Total das opções outorgadas | | 4.456.788 | | | | 1.016.969 | 1.771.009 | 1.668.810 |

(*) Valores originais, nas datas dos programas de outorga das opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, pelas quais as opções

poderão ser exercidas em 3 lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

Os prazos de exercício refletem o período de 24 meses, contados a partir dos términos dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

Os custos das opções outorgadas são calculados durante os seus respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Na inexistência, ainda, de histórico representando o índice de caducidade no exercício das opções, se considera, no cálculo acima, que 100% das opções serão exercidas.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$4.014 (R\$4.269 em 31 de dezembro de 2010), conforme Nota Explicativa nº 20-a.

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2011, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 0,77%, as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 1,25%.

25 Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

a. Conciliação do IRPJ e CSLL – correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriada ao resultado é demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Lucro antes da tributação | 191.977 | 121.587 | 299.533 | 206.474 |
| Exclusão de equivalência patrimonial | (197.441) | (149.304) | - | - |
| Lucro antes da tributação ajustado | (5.464) | (27.717) | 299.533 | 206.474 |
| I - Valor base - IRPJ e CSLL | (1.881) | (9.448) | 101.817 | 70.177 |
| - Alíquota 15 % IRPJ e 9% CSLL | (1.311) | (6.652) | 71.888 | 49.554 |
| - Alíquota adicional 10 % IRPJ com dedução de R\$240 | (570) | (2.796) | 29.929 | 20.623 |
| II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas | (19.883) | (2.702) | (18.706) | (267) |

| | | | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| - Adições permanentes | | | | |
| - Remuneração variável da Diretoria | 1.814 | - | 1.844 | 1.884 |
| - Plano de opção de compra de ações | 1.311 | 1.451 | 1.365 | 1.451 |
| - Outras | 1.767 | 82 | 2.860 | 633 |
| - Exclusões permanentes | | | | |
| - Juros sobre capital próprio pagos | (24.775) | (4.235) | (24.775) | (4.235) |
| III - Efeitos dos incentivos fiscais | - | - | (714) | (1.325) |
| - Incentivos fiscais | - | - | (714) | (1.325) |
| IV - TAXA EFETIVA | | | | |
| - IRPJ e CSLL ajustado (I + II + III) | (21.764) | (12.150) | 82.397 | 68.585 |
| - Alíquota efetiva | N/A | 43,8% | 27,5% | 33,2% |
| V - Efeitos do IRPJ e CSLL diferidos | (32.821) | 21.701 | (29.097) | 27.762 |
| - Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (1) | - | 21.701 | 3.724 | 30.474 |
| - Contabilização inicial de prejuízos fiscais e diferenças temporárias | (32.821) | - | (32.821) | (2.712) |
| VI - Ajustes extraordinários | - | - | (103) | (1.102) |
| - IRPJ e CSLL de exercício anterior | - | - | (103) | (1.102) |
| Efeitos do IRPJ e CSLL no resultado (IV + V + VI) | (54.585) | 9.551 | 53.197 | 95.245 |

(1) Refere-se à Companhia e as controladas Union e Convicon, para as quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos em razão de não se enquadrarem nos critérios para este reconhecimento.

b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis, (ii) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (iii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

Com a incorporação da controlada Santos-Brasil, em 15 de setembro de 2011, a Companhia passou a registrar contabilmente os créditos fiscais diferidos, representados pelos seus prejuízos fiscais e pelas diferenças temporárias.

Até 31 de dezembro de 2011, só foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social, sobre as diferenças temporárias, e sobre o RTT, aplicáveis à Companhia e à controlada Nova Logística. Os passivos fiscais diferidos são sempre reconhecidos para a Companhia e todas as controladas. Na Companhia foram constituídos os impostos fiscais diferidos passivos sobre a operação de *Swap*.

| | Controladora | | | |
|---|---------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | 31.12.2011 | | 31.12.2010 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Ativo | | | | |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL | 31.747 | 11.429 | - | - |

Diferenças temporárias

| | | | | |
|-----------------------------|---------------|--------------|----------|----------|
| Provisão para contingências | 27.175 | 9.783 | - | - |
| Outras provisões | <u>10.202</u> | <u>3.673</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total | 69.124 | 24.885 | - | - |

Consolidado

| | 31.12.2011 | | 31.12.2010 | |
|---|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Ativo | | | | |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL | 31.747 | 11.429 | 1.213 | 437 |
| Diferenças temporárias | | | | |
| Provisão para contingências | 27.332 | 9.839 | 21.582 | 7.770 |
| Outras provisões | 11.746 | 4.229 | 8.334 | 3.001 |
| Regime tributário de transição-RTT | | | | |
| Efeitos do regime tributário de transição | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>534</u> | <u>193</u> |
| Total | 70.825 | 25.497 | 31.663 | 11.401 |

Controladora

| | 31.12.2011 | | 31.12.2010 | |
|--|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Passivo | | | | |
| Diferenças temporárias | | | | |
| Operação de <i>Swap</i> | - | - | 3.784 | 1.362 |
| Efeitos do Regime Tributário de Transição | | | | |
| Amortização do ágio | 30.451 | 10.962 | - | - |
| Depreciação | 36.335 | 13.081 | 4.002 | 1.441 |
| Outros | <u>1.246</u> | <u>448</u> | <u>2.639</u> | <u>950</u> |
| Total | 68.032 | 24.491 | 10.425 | 3.753 |

Consolidado

| | 31.12.2011 | | 31.12.2010 | |
|--|-------------------|-------------|-------------------|--------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Passivo | | | | |
| Diferenças temporárias | | | | |
| Operação de <i>Swap</i> | - | - | 3.784 | 1.362 |
| Efeitos do Regime Tributário de Transição | | | | |
| Amortização do ágio | 37.611 | 13.540 | 31.210 | 11.236 |
| Depreciação | 38.022 | 13.688 | 24.876 | 8.955 |
| Outros | <u>1.423</u> | <u>512</u> | <u>2.790</u> | <u>1.006</u> |

| | | | | |
|-------|--------|--------|--------|--------|
| Total | 77.056 | 27.740 | 62.660 | 22.559 |
|-------|--------|--------|--------|--------|

Os impostos diferidos referentes ao RTT foram constituídos na Companhia, e nas controladas Nova Logística e Convicon, principalmente, pelo efeito de amortização dos ágios, e pelo novo critério de depreciação dos equipamentos de carga e dos imóveis.

A realização das diferenças temporárias depende da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem.

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o próximo exercício social.

Assim, os créditos fiscais diferidos da controlada Nova Logística, referentes aos prejuízos fiscais e às bases negativas da CSLL registrados em 31 de dezembro de 2011, e mantida a expectativa de lucros tributáveis futuros do estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2011, tinham a sua realização projetada conforme segue:

| | IRPJ | CSLL | Total |
|-------|---------------|--------------|---------------|
| 2012 | 12.995 | 4.678 | 17.673 |
| 2013 | <u>18.752</u> | <u>6.751</u> | <u>25.503</u> |
| Total | 31.747 | 11.429 | 43.176 |

c. Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

| | Controladora | | | |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31.12.2011 | | 31.12.2010 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL | (31.747) | (11.429) | - | - |
| Diferenças temporárias | (11.523) | (4.148) | 658 | 237 |
| Regime tributário de transição-RTT | <u>3.134</u> | <u>1.128</u> | <u>6.365</u> | <u>2.291</u> |
| | (40.136) | (14.449) | 7.023 | 2.528 |

| | | | | |
|---|----------|----------|-------|-------|
| Total de despesa (receita) com imposto de renda e contribuição social | (40.136) | (14.449) | 7.023 | 2.528 |
|---|----------|----------|-------|-------|

| | Consolidado | | | |
|---|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31.12.2011 | | 31.12.2010 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Imposto reconhecido no resultado | | | | |
| Despesa corrente | | | | |
| Do ano | <u>63.812</u> | <u>22.996</u> | <u>46.615</u> | <u>16.053</u> |
| | 63.812 | 22.996 | 46.615 | 16.053 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL | (30.534) | (10.992) | 2.956 | 1.830 |
| Diferenças temporárias | (12.944) | (4.660) | (11.602) | (4.177) |
| Regime tributário de transição-RTT | 18.712 | 6.736 | 33.729 | 12.142 |
| Outros | <u>52</u> | <u>19</u> | <u>(1.692)</u> | <u>(609)</u> |
| | (24.714) | (8.897) | 23.391 | 9.186 |
| Total de despesa com imposto de renda e contribuição social | 39.098 | 14.099 | 70.006 | 25.239 |

26 Resultado por ação

a. Lucro básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo período de 2010 conforme o quadro a seguir:

| | 31.12.2011 | | | 31.12.2010 | | |
|---------------------------|------------|---------------|---------|------------|---------------|---------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Lucro líquido | 169.229 | 77.333 | 246.562 | 77.319 | 34.717 | 112.036 |
| Média ponderada das ações | 452.491 | 206.777 | 659.268 | 452.567 | 203.209 | 655.776 |
| Resultado por ação básico | 0,37399 | 0,37399 | 0,37399 | 0,17084 | 0,17084 | 0,17084 |

b. Lucro diluído por ação

Sobre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o resultado por

ação diluído foi calculado conforme segue:

| | 31.12.2011 | | | 31.12.2010 | | |
|---|------------|---------------|---------|------------|---------------|---------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Lucro líquido | 169.343 | 77.385 | 246.562 | 77.319 | 34.717 | 112.036 |
| Média ponderada das ações | 452.491 | 206.777 | 659.268 | 452.567 | 203.209 | 655.776 |
| Efeitos potenciais de subscrição de opções de ações | 587 | 2.350 | 2.937 | 955 | 3.819 | 4.774 |
| Resultado por ação diluído | 0,37244 | 0,37244 | 0,37244 | 0,16961 | 0,16961 | 0,16961 |

27 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Ativo | | | | |
| Valor justo através do resultado | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 222.557 | 11.522 | 266.831 | 82.566 |
| Aplicações financeiras | 28.023 | - | 28.023 | 24.947 |
| Swap – BTG Pactual | 3.178 | - | 3.315 | - |
| Swap – Credit Suisse | <u>5.916</u> | <u>11.600</u> | <u>5.916</u> | <u>11.600</u> |
| Subtotal | 259.674 | 23.122 | 304.085 | 119.113 |

Empréstimos e Recebíveis

| | | | | |
|-----------------------|--------|--------|---------|--------|
| Contas a receber | 88.036 | 3.700 | 114.586 | 68.484 |
| Mútuo a receber | 4.364 | 24.445 | - | - |
| Precatórios a receber | - | - | 3.623 | 3.413 |
| Subtotal | 92.400 | 28.145 | 118.209 | 71.897 |

Passivo

Valor justo através do resultado

| | | | | |
|--------------------|----|-------|----|-------|
| Swap – BTG Pactual | - | 203 | - | 1.214 |
| Swap – Itaú | 52 | 5.988 | 53 | 8.457 |
| Subtotal | 52 | 6.191 | 53 | 9.671 |

Custo amortizado

| | | | | |
|--|---------|---------|---------|---------|
| Cédulas de crédito à exportação- CCE | 161.444 | 220.098 | 161.444 | 220.098 |
| Debêntures | 67.526 | 101.017 | 67.526 | 101.017 |
| Débito com partes relacionadas | - | 40.933 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e <i>Leasing</i> | 138.760 | 12.198 | 145.127 | 110.827 |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e <i>Leasing</i> | 232 | - | 14.750 | 34.322 |
| Fornecedores | 40.491 | 12.242 | 55.459 | 53.301 |
| Nota de crédito à exportação- NCE | 165.666 | - | 150.549 | - |
| Notas Promissórias | 150.549 | - | 165.666 | - |
| Precatórios a pagar (a) | - | - | 1.457 | 1.457 |
| Subtotal | 724.668 | 386.488 | 761.978 | 521.022 |

| | | | | |
|-------------|-----------|---------|-----------|---------|
| Total Geral | 1.076.794 | 443.946 | 1.184.325 | 721.703 |
|-------------|-----------|---------|-----------|---------|

(a) No exercício de 2010 os precatórios estavam classificados no balanço patrimonial no grupo de outras contas a pagar no passivo circulante, em 2011 o mesmo foi classificado no balanço patrimonial no grupo de outros no passivo não circulante.

b. Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

b.1 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e variação cambial.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2011 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas trimestrais do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela BM&F.

Em 1º de abril de 2011, a Companhia assinou o primeiro aditamento ao contrato de *Swap* – Credit Suisse, com o objetivo de eliminação do risco cambial da operação. Neste aditamento foram alterados os termos e condições referentes ao parâmetro de atualização da ponta passiva do contrato, anteriormente determinados em variação cambial + Libor + 7,95% a.a., para 108,75% CDI.

A tabela a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A coluna “Recebimentos (pagamentos)” mostra os valores recebidos ou pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e a coluna “Custo” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

| Identificação | Valor nominal | Vencimento | Finalidade | Recebimentos (pagamentos) | Custo | Controladora | | | |
|--------------------------|---------------|------------|-----------------------------|---------------------------|-------|--------------|--------|-------------------------|---------------|
| | | | | | | Valor justo | | Banco Credit Suisse (*) | |
| | | | | | | Dez/11 | Dez/10 | Ponta Ativa | Ponta Passiva |
| <i>Swap</i> de CDI + Pré | 250.000 | Set/14 | Associado a operação de CCE | 8.448 | 9.746 | 5.916 | 11.600 | 100% CDI + 3,5% a.a. | 108,75 % CDI |

(*) Efetuada tendo como objeto a operação da CCE, Nota Explicativa n.º 15.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos do financiamento CCE.

| Identificação | Valor nominal | Vencimento | Finalidade | Recebimentos (pagamentos) | Custo | Valor justo | | Banco BTG Pactual (*) | |
|--|---------------|------------|------------------------------|---------------------------|-------|-------------|--------|----------------------------------|---------------|
| | | | | | | Dez/11 | Dez/10 | Ponta Ativa | Ponta Passiva |
| Swap de variação cambial + cupom - CDI | 23.104 | Jun/12 | Associado a variação cambial | (200) | 2.131 | 3.178 | (203) | Variação cambial + cupom cambial | 100% CDI |

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

| Identificação | Valor nominal | Vencimento | Finalidade | Recebimentos (pagamentos) | Custo | Valor justo | | Banco Itaú (*) | |
|--|---------------|------------|------------------------------|---------------------------|---------|-------------|---------|----------------------------------|---------------|
| | | | | | | Dez/11 | Dez/10 | Ponta Ativa | Ponta Passiva |
| Swap de variação cambial + cupom - CDI | 55.424 | Dez/11 | Associado a variação cambial | (9.984) | (4.281) | (52) | (5.988) | Variação cambial + cupom cambial | 100% CDI |

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

| Identificação | Valor nominal | Vencimento | Finalidade | Recebimentos (pagamentos) | Custo | Consolidado | | | |
|-------------------|---------------|------------|-----------------------------|---------------------------|-------|-------------|--------|-------------------------|---------------|
| | | | | | | Valor justo | | Banco Credit Suisse (*) | |
| | | | | | | Dez/11 | Dez/10 | Ponta Ativa | Ponta Passiva |
| Swap de CDI + Pré | 250.000 | Set/14 | Associado a operação de CCE | 8.448 | 9.746 | 5.916 | 11.600 | 100% CDI + 3,5% a.a. | 108,75 % CDI |

(*) Efetuada tendo como objeto a operação da CCE, Nota Explicativa n.º 15.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos do financiamento CCE sem nenhum tipo de *Swap* com opção embutida, “gatilho”.

| Identificação | Valor nominal | Vencimento | Finalidade | Recebimentos (pagamentos) | Custo | Valor justo | | Banco BTG Pactual (*) | |
|--|---------------|------------|------------------------------|---------------------------|-------|-------------|---------|----------------------------------|---------------|
| | | | | | | Dez/11 | Dez/10 | Ponta Ativa | Ponta Passiva |
| Swap de variação cambial + cupom - CDI | 24.102 | Jun/11 | Associado a variação cambial | (1.192) | 3.315 | 3.315 | (1.214) | Variação cambial + cupom cambial | 100% CDI |

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

| Valor justo | Banco Itaú (*) |
|-------------|----------------|
|-------------|----------------|

| Identificação | Valor nominal | Vencimento | Finalidade | Recebimentos (pagamentos) | Custo | Dez/11 | Dez/10 | Ponta Ativa | Ponta Passiva |
|--|---------------|------------|------------------------------|---------------------------|---------|--------|---------|----------------------------------|---------------|
| Swap de variação cambial + cupom - CDI | 56.378 | Dez/11 | Associado a variação cambial | (14.036) | (6.551) | (53) | (8.457) | Variação cambial + cupom cambial | 100% CDI |

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos do *Swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos.

b.2 – Demais instrumentos financeiros

Considerando como base as projeções de taxas de juros e moedas da BM&F e Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&F e Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&F e Bloomberg, não foram considerados o risco de crédito próprio, bem como eventual *spread* bancário por serem considerados irrelevantes.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

Aplicações financeiras - As aplicações financeiras em Fundos de Investimento e CDB's, estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2011, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

| | Controladora | |
|------------------------------|----------------|-------------|
| | 31.12.2011 | |
| | Valor Contábil | Valor Justo |
| Ativo | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 222.557 | 222.557 |
| Aplicações financeiras | 28.023 | 28.023 |
| Contas a receber | 88.036 | 88.036 |
| Operações com <i>Swap</i> | 9.094 | 9.094 |
| Mútuo a receber | 4.364 | 4.364 |

| | | |
|-------|---------|---------|
| Total | 352.074 | 352.074 |
|-------|---------|---------|

Passivo

| | | |
|--|-----------|-----------|
| Empréstimos e financiamentos | 616.651 | 592.809 |
| Debêntures | 67.526 | 81.984 |
| Fornecedores | 40.491 | 40.491 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 63.620 | 63.620 |
| Operações com <i>Swap</i> | <u>52</u> | <u>52</u> |

| | | |
|-------|---------|---------|
| Total | 788.340 | 778.956 |
|-------|---------|---------|

Consolidado

31.12.2011

| Valor Contábil | Valor Justo |
|----------------|-------------|
|----------------|-------------|

Ativo

| | | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Caixa e equivalente de caixa | 266.831 | 266.831 |
| Aplicações financeiras | 28.023 | 28.023 |
| Contas a receber | 114.856 | 114.856 |
| Operações com <i>Swap</i> | <u>9.231</u> | <u>9.231</u> |

| | | |
|-------|---------|---------|
| Total | 418.941 | 418.941 |
|-------|---------|---------|

Passivo

| | | |
|--|-----------|-----------|
| Empréstimos e financiamentos | 637.536 | 607.084 |
| Debêntures | 67.526 | 81.984 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 63.620 | 63.620 |
| Fornecedores | 55.459 | 55.459 |
| Operações com <i>Swap</i> | <u>53</u> | <u>53</u> |

| | | |
|-------|---------|---------|
| Total | 824.194 | 808.200 |
|-------|---------|---------|

c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado

Havia somente saldos de passivos denominados em moeda estrangeira, como segue:

Controladora

Valor (em R\$)

| Natureza do saldo | 31.12.2011 | 31.12.2010 | Moeda |
|---|------------|------------|-------|
| Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC | 342 | 303 | US\$ |
| Financiamento Finimp | 125.079 | 80.754 | US\$ |
| Financiamento Finimp | 13.339 | 25.002 | € |
| <i>Leasing</i> | <u>-</u> | <u>310</u> | US\$ |

| | | |
|-------|---------|---------|
| Total | 138.760 | 110.827 |
|-------|---------|---------|

| Natureza do saldo | Consolidado | | Moeda |
|---|----------------|------------|-------|
| | Valor (em R\$) | | |
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | |
| Financiamento Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC | 342 | 303 | US\$ |
| Financiamento Finimp | 128.469 | 80.754 | US\$ |
| Financiamento Finimp | 13.339 | 25.002 | € |
| Supplier Credit | 2.977 | 4.458 | € |
| Leasing | - | 310 | US\$ |
| Total | 145.127 | 110.827 | |

d. Hierarquias de valor justo

As tabelas abaixo apresentam instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo, utilizando o método do fluxo de caixa descontado.

| | Controladora | | | |
|--|--------------|---------|---------|---------|
| | 31.12.2011 | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Caixa e equivalente de caixa | 4.494 | 218.063 | - | 222.557 |
| Aplicações financeiras | - | 28.023 | - | 28.023 |
| Derivativos de Passivos financeiros | | | | |
| <i>Swap-BTG Pactual</i> | - | 3.178 | - | 3.178 |
| <i>Swap-CCE</i> | - | 5.916 | - | 5.916 |
| <i>Swap-Itaú</i> | - | (52) | - | (52) |

| | Consolidado | | | |
|--|-------------|---------|---------|---------|
| | 31.12.2011 | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Caixa e equivalente de caixa | 6.894 | 259.937 | - | 266.831 |
| Aplicações financeiras | - | 28.023 | - | 28.023 |
| Derivativos de Passivos financeiros | | | | |
| <i>Swap-BTG Pactual</i> | - | 3.315 | - | 3.315 |
| <i>Swap-CCE</i> | - | 5.916 | - | 5.916 |
| <i>Swap-Itaú</i> | - | (53) | - | (53) |

Não houve transferência de ativos ou passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os instrumentos financeiros não derivativos classificados com valor justo através do resultado possuem basicamente hierarquia nível 2.

e. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$1.494, representando 1,28% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2010, esta provisão era de R\$540, equivalentes a 0,78%.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Ativo | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 222.557 | 11.522 | 266.831 | 82.566 |
| Aplicações financeiras | 28.023 | - | 28.023 | 24.947 |
| Contas a receber | 88.036 | 3.700 | 114.586 | 68.484 |
| Operações com <i>Swap</i> | 9.094 | 11.600 | 9.231 | 11.600 |
| Mútuo a receber | <u>4.364</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total | 352.074 | 26.822 | 418.671 | 187.597 |

f. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de *Ebtida* e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

| 31.12.2011 | Controladora | | |
|------------|--------------|---------------|---------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos |

Passivo

| | | | | |
|---|-----------|-----------|----------|----------|
| Cédulas de crédito à exportação - CCE | 161.444 | 58.314 | 103.130 | - |
| Debêntures | 67.526 | 34.344 | 33.182 | - |
| Fornecedores | 40.491 | 40.491 | - | - |
| Notas Promissórias | 165.666 | 165.666 | - | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 63.620 | 63.620 | - | - |
| Nota de crédito à exportação-NCE | 150.549 | 30.789 | 119.760 | - |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional | 232 | 232 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira | 138.760 | 49.385 | 74.284 | 15.091 |
| Operações com <i>Swap</i> | <u>52</u> | <u>52</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total | 788.340 | 442.893 | 330.356 | 15.091 |

Consolidado

| | 31.12.2011 | Até 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos |
|---|-------------------|------------------|----------------------|----------------------|
| Passivo | | | | |
| Cédulas de crédito à exportação-CCE | 161.444 | 58.314 | 103.130 | - |
| Debêntures | 67.526 | 34.344 | 33.182 | - |
| Fornecedores | 55.459 | 55.459 | - | - |
| Notas Promissórias | 165.666 | 165.666 | - | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | 63.620 | 63.620 | - | - |
| Nota de crédito à exportação-NCE | 150.549 | 30.789 | 119.760 | - |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional | 14.750 | 4.518 | 10.071 | 161 |
| Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira | 145.127 | 51.341 | 78.029 | 15.757 |
| Operações com <i>Swap</i> | <u>53</u> | <u>53</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total | 824.194 | 464.104 | 344.172 | 15.918 |

g. Risco de mercado

Nossas políticas de gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o Dólar norte-americano e o Euro que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com valorização em relação ao Real de 8,34% e 7,99%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2010.

A empresa mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia. Adicionalmente

também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra os mesmos.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a Empréstimos e Financiamentos, tais operações não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculados. Dentre as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Exposição cambial

| | Controladora | | |
|----------------------------------|---------------------|------------|--------------|
| | USD | EUR | Moeda |
| Empréstimos e financiamentos | 125.079 | 13.339 | BRL |
| (-) Instrumentos de <i>hedge</i> | <u>(48.322)</u> | <u>-</u> | BRL |
| Exposição líquida | 76.757 | 13.339 | |

A política da Companhia é de gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o semestre subsequente. Deste modo, a exposição líquida apresentada acima referem-se as amortizações superiores ao período estipulado na política.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração considera os mesmos como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Além desse cenário a CVM através da Instrução nº 475 determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais tomou-se como base 31 de dezembro de 2011.

| | | Controladora - Saldos patrimoniais | | |
|------------------------------|-----------|------------------------------------|------------|-------------|
| Operação | Risco | Cenário provável I | Cenário II | Cenário III |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | US\$/Euro | 138.760 | 177.949 | 213.539 |
| Swap - BTG Pactual (ganho) | US\$/CDI | (3.234) | (10.046) | (16.857) |
| Swap - Itaú (ganho) | US\$/CDI | (4) | (6.336) | (12.667) |
| Taxas | | | | |
| US\$ | | 1,88 | 2,34 | 2,81 |
| Euro | | 2,42 | 3,03 | 3,63 |
| | | Consolidado - Saldos patrimoniais | | |

| Operação | Risco | Cenário | Cenário II | Cenário III |
|------------------------------|-----------|------------|------------|-------------|
| | | provável I | | |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | US\$/Euro | 145.127 | 186.093 | 223.311 |
| Swap - BTG Pactual (ganho) | US\$/CDI | (3.373) | (10.478) | (17.584) |
| Swap - Itaú (ganho) | US\$/CDI | (4) | (6.675) | (13.345) |
| Taxas | | | | |
| US\$ | | 1,88 | 2,34 | 2,81 |
| Euro | | 2,42 | 3,03 | 3,63 |

A Administração não considerou como variáveis de risco as taxas de juros, entendendo que as mesmas não têm tendência em apresentar oscilações relevantes.

h. Risco de Juros

Abaixo estão sendo apresentados os saldos que estão expostos a volatilidade das taxas de juros praticadas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 31.12.2011 | 31.12.2010 | 31.12.2011 | 31.12.2010 |
| Ativo | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 222.557 | 11.522 | 266.831 | 82.566 |
| Aplicações financeiras | 28.023 | - | 28.023 | 24.947 |
| Operações com Swap | <u>9.094</u> | <u>11.600</u> | <u>9.231</u> | <u>11.600</u> |
| Total | 259.674 | 23.122 | 304.085 | 119.113 |
| Passivo | | | | |

| | | | | |
|---|-----------|--------------|-----------|--------------|
| Cédulas de crédito à exportação-CCE | 161.444 | 220.098 | 161.444 | 220.098 |
| Debêntures | 67.526 | 101.017 | 67.526 | 101.017 |
| Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira | 138.760 | 12.198 | 145.127 | 110.827 |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional | 232 | - | 14.750 | 34.322 |
| Nota de crédito à exportação-NCE | 150.549 | - | 150.549 | - |
| Notas Promissórias | 165.666 | - | 165.666 | - |
| Operações com Swap | <u>52</u> | <u>6.191</u> | <u>53</u> | <u>9.671</u> |
| Total | 684.229 | 339.504 | 705.115 | 475.935 |

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A Companhia gerencia este risco ponderando a contratação de taxas pós fixadas e pré fixadas, de forma que a Administração entende que qualquer volatilidade destas taxas não afetaria significativamente seu resultado.

28 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

| | Controladora | | |
|--|---------------------|--------------|-------------------|
| | Coberturas | Moeda | Vencimento |
| FILIAL - TECON IMBITUBA | | | |
| Seguro de Operador Portuário - SOP | | | |
| Responsabilidade Civil | 20.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Bens Móveis e Imóveis | 10.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil Empregador - RCE | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil – Danos Morais | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal | 600 | US\$ | Mar/2012 |
| Frota | | | |
| Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (RCV) | 175 | R\$ | Out/2012 |
| Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (APP) | 10 | R\$ | Out/2012 |
| FILIAL – TECON SANTOS | | | |
| Seguro de Operador Portuário - SOP | | | |
| Responsabilidade Civil | 20.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Bens Móveis e Imóveis | 17.850 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil Empregador - RCE | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil – Danos Morais | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Transporte de Mercadorias | 2.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Transporte de Passageiros em Embarcações - RC e Danos Morais | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal | 600 | US\$ | Mar/2012 |
| Administradores e Diretores | | | |
| Responsabilidade Civil - D&O | 30.000 | R\$ | Jun/2012 |
| Riscos Nomeados– Escritórios | | | |
| Santos e São Paulo | 3.700 | R\$ | Abr/2012 |
| Frota | | | |
| Seguro da Frota de Veículos (48 veículos) (RCV) | 175 | R\$ | Out/2012 |
| Seguro da Frota de Veículos (48 veículos) (APP) | 10 | R\$ | Out/2012 |
| | Consolidado | | |

| | Coberturas | Moeda | Vencimento |
|--|------------|-------|------------|
| FILIAL - TECON IMBITUBA | | | |
| Seguro de Operador Portuário - SOP | | | |
| Responsabilidade Civil | 20.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Bens Móveis e Imóveis | 10.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil Empregador - RCE | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil – Danos Morais | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal | 600 | US\$ | Mar/2012 |
| Frota | | | |
| Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (RCV) | 175 | R\$ | Out/2012 |
| Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (APP) | 10 | R\$ | Out/2012 |
| FILIAL - TECON SANTOS | | | |
| Seguro de Operador Portuário - SOP | | | |
| Responsabilidade Civil | 20.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Bens Móveis e Imóveis | 17.850 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil Empregador - RCE | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil – Danos Morais | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Transporte de Mercadorias | 2.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Transporte de Passageiros em Embarcações - RC e Danos Morais | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal | 600 | US\$ | Mar/2012 |
| Administradores e Diretores | | | |
| Responsabilidade Civil - D&O | 30.000 | R\$ | Jun/2012 |
| Riscos Nomeados– Escritórios | | | |
| Santos e São Paulo | 3.700 | R\$ | Abr/2012 |
| Frota | | | |
| Seguro da Frota de Veículos (48 veículos) (RCV) | 175 | R\$ | Out/2012 |
| Seguro da Frota de Veículos (48 veículos) (APP) | 10 | R\$ | Out/2012 |
| NOVA LOGÍSTICA | | | |
| Seguro de Operador Portuário - SOP | | | |
| Responsabilidade Civil | 50.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Bens Móveis e Imóveis | 17.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil Empregador - RCE | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil – Danos Morais | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Transporte de Mercadorias | 2.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil Ampla para CD São Bernardo do Campo | 50.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil Ampla para CD Jaguaré | 30.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Danos Elétricos | 250 | US\$ | Mar/2012 |
| Transporte Rodoviário de Carga – RCTR-C | 4.000 | R\$ | Jun/2012 |
| Furto e Desvio de Carga – RCF-DC | 2.000 | R\$ | Jun/2012 |
| Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa | | | |
| RCF - Danos Materiais | 200 | R\$ | Out/2012 |
| RCF – Danos Pessoais | 700 | R\$ | Out/2012 |
| RCF - Danos Morais | 90 | R\$ | Out/2012 |
| CONVICON | | | |
| Seguro de Operador Portuário - SOP | | | |
| Responsabilidade Civil | 20.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Bens Móveis e Imóveis | 5.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil Empregador - RCE | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil – Danos Morais | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal | 600 | US\$ | Mar/2012 |
| Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa | | | |
| RCF – Danos Materiais | 500 | R\$ | Out/2012 |
| RCF – Danos Pessoais | 500 | R\$ | Out/2012 |
| RCF - Danos Morais | 100 | R\$ | Out/2012 |

Frota

| | | | |
|---|-----|-----|----------|
| Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (RCV) | 175 | R\$ | Out/2012 |
| Seguro da Frota de Veículos (3 veículos) (APP) | 10 | R\$ | Out/2012 |

UNION**Seguro de Operador Portuário - SOP**

| | | | |
|---|--------|------|----------|
| Responsabilidade Civil | 20.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Bens Móveis e Imóveis | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil Empregador - RCE | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Responsabilidade Civil – Danos Morais | 1.000 | US\$ | Mar/2012 |
| Perda de Receita por Bloqueio de Berço e Canal | 600 | US\$ | Mar/2012 |

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29 Comprometimento de capital

Existem solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$14.096 (R\$59.979 em 31 de dezembro de 2010), os quais não estão contabilizados nessas demonstrações financeiras, pois não foram considerados como compromissos firmados.

30 Segmentos Operacionais

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações que abaixo integram esta nota explicativa, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações, seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e se reportando à Diretoria Estatutária. Da mesma forma são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As práticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme Nota Explicativa nº 3.

- **Os segmentos operacionais são:**

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (i) Tecon Santos, (ii) Tecon Imbituba, incluindo o Terminal de Carga Geral e (iii) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais estão nas Notas Explicativas nº 1-a, 1-b, 1-d e 1-e. As suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por se tratarem de unidades de semelhantes características econômicas e, também, semelhantes: (i) natureza dos processos de produção, (ii) tipo ou categoria de clientes dos seus serviços, (iii) métodos usados para prestar os serviços e (iv) natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo e

Imbituba, com contexto operacional descrito na Nota Explicativa nº 1-c, engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na Nota Explicativa nº 1-d, engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

- **As demonstrações são:**

Demonstração do Resultado até o EBITDA – *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nesta demonstração também é apresentado o *EBIT – Earnings before interest and taxes*;

Demonstração do Capital Empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações, as informações das **atividades corporativas** que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (i) à administração central, (ii) à gestão financeira e (iii) aos tributos diretos sobre o lucro. Estão, também, no grupo corporativo, os valores relacionados à premiação pelo resultado, incluindo o plano de remuneração baseado em ações.

Seguem, as demonstrações citadas, para os períodos a que se referem estas demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional – 31.12.2011

| Contas | Terminais portuários | Logística | Terminal de veículos | Corporativo | Eliminações | Consolidado |
|------------------------------|----------------------|-----------------|----------------------|-------------|-------------|------------------|
| Receita operacional bruta | 997.501 | 216.146 | 65.089 | - | - | 1.278.736 |
| Deduções da receita | <u>(112.670)</u> | <u>(31.184)</u> | <u>(10.212)</u> | - | - | <u>(154.066)</u> |
| Receita operacional líquida | 884.831 | 184.962 | 54.877 | - | - | 1.124.670 |
| Custo dos serviços prestados | (473.933) | (123.554) | (29.009) | - | - | (626.496) |
| Custos variáveis/fixos | (395.563) | (117.996) | (19.929) | - | - | (533.488) |
| Depreciação/amortização | <u>(78.370)</u> | <u>(5.558)</u> | <u>(9.080)</u> | - | - | <u>(93.008)</u> |
| Lucro bruto | 410.898 | 61.408 | 25.868 | - | - | 498.174 |
| Despesas operacionais | (60.582) | (27.347) | (332) | (63.413) | - | (151.674) |
| Despesas com vendas | (16.987) | (14.041) | (66) | - | - | (31.094) |

| | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------|--------------|-----------|----------------|----------|----------------|
| Despesas gerais e administrativas | (44.160) | (12.645) | (311) | (44.160) | - | (101.276) |
| Depreciação/amortização | (1.460) | (372) | - | (15.594) | - | (17.426) |
| Outras | <u>2.025</u> | <u>(289)</u> | <u>45</u> | <u>(3.659)</u> | <u>-</u> | <u>(1.878)</u> |
| EBIT | 350.316 | 34.061 | 25.536 | (63.413) | - | 346.500 |
| Depreciação/amortização | 79.830 | 5.930 | 9.080 | 15.594 | - | 110.434 |
| EBITDA | 430.146 | 39.991 | 34.616 | (47.819) | - | 456.934 |
| Resultado financeiro | - | - | - | (46.967) | - | (46.967) |
| IRPJ / CSLL | - | - | - | (53.197) | - | (53.197) |
| Participação de Minoritários | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>226</u> | <u>-</u> | <u>226</u> |
| Lucro líquido | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | 246.562 |

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional – 31.12.2010

| Contas | Terminais portuários | Logística | Terminal de veículos | Corporativo | Eliminações | Consolidado |
|------------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------------|-------------|-------------|------------------|
| Receita operacional bruta | 787.188 | 165.486 | 30.577 | - | (596) | 982.655 |
| Deduções da receita | <u>(88.647)</u> | <u>(23.912)</u> | <u>(4.618)</u> | <u>-</u> | <u>55</u> | <u>(117.122)</u> |
| Receita operacional líquida | 698.541 | 141.574 | 25.959 | - | (541) | 865.533 |
| Custo dos serviços prestados | (391.310) | (105.056) | (21.957) | - | 541 | (517.782) |
| Custos variáveis/fixos | (322.295) | (100.974) | (12.888) | - | 541 | (435.616) |
| Depreciação/amortização | <u>(69.015)</u> | <u>(4.082)</u> | <u>(9.069)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(82.166)</u> |
| Lucro bruto | 307.231 | 36.518 | 4.002 | - | - | 347.751 |
| Despesas operacionais | (53.518) | (20.664) | (120) | (63.818) | - | (138.120) |

| | | | | | | |
|-----------------------------------|----------------|------------|----------|-----------------|----------|-----------------|
| Despesas com vendas | (12.986) | (9.976) | (17) | - | - | (22.979) |
| Despesas gerais e administrativas | (37.088) | (10.640) | (103) | (35.557) | - | (83.388) |
| Depreciação/amortização | (1.397) | (375) | - | (16.523) | - | (18.295) |
| Outras | <u>(2.047)</u> | <u>327</u> | <u>-</u> | <u>(11.738)</u> | <u>-</u> | <u>(13.458)</u> |
| EBIT | 253.713 | 15.854 | 3.882 | (63.818) | - | 209.631 |
| Depreciação/amortização | 70.412 | 4.457 | 9.069 | 16.523 | - | 100.461 |
| EBITDA | 324.125 | 20.311 | 12.951 | (47.295) | - | 310.092 |
| Resultado financeiro | - | - | - | (3.157) | - | (3.157) |
| IRPJ / CSLL | - | - | - | (95.245) | - | (95.245) |
| Participação de Minoritários | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>807</u> | <u>-</u> | <u>807</u> |
| Lucro líquido | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | 112.036 |

Em 31 de dezembro de 2011, as receitas de um cliente do segmento de Terminais Portuários representaram aproximadamente R\$231.152 (R\$140.300 em 31 de dezembro de 2010), representando 24,9% do total da receita bruta consolidada.

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional- 31.12.2011

| Contas | Terminais Portuários | Logística | TEV | Corporativo | Eliminação | Consolidado |
|-------------------------------|----------------------|-----------|---------|-------------|------------|-------------|
| Capital empregado | | | | | | |
| Ativo circulante | 96.869 | 17.766 | 9.675 | 309.135 | (1.058) | 432.387 |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | - | - | 266.831 | - | 266.831 |
| Outros | 96.869 | 17.766 | 9.675 | 42.304 | (1.058) | 165.556 |
| Ativo não circulante | 1.304.065 | 160.947 | 206.559 | 669.770 | (387.999) | 1.953.342 |
| Realizável longo prazo | 126.782 | 9.980 | 8 | 96.484 | - | 233.254 |

| | | | | | | |
|------------------------|-----------|----------|---------|-----------|-----------|-----------|
| Investimento | - | - | - | 387.999 | (387.999) | - |
| Imobilizado | 1.001.897 | 108.285 | 935 | 22.440 | - | 1.133.557 |
| Intangível | 175.386 | 42.682 | 205.616 | 162.847 | - | 586.531 |
| Passivo circulante | (96.536) | (30.707) | (2.874) | (5.185) | 1.058 | (134.244) |
| Fornecedores | (43.379) | (10.432) | (1.740) | (534) | 627 | (55.458) |
| Outros | (53.157) | (20.275) | (1.134) | (4.651) | 431 | (78.786) |
| Passivo não circulante | (110.436) | (1.073) | (23) | (104.796) | - | (216.328) |
| Provisão contingências | (110.436) | (1.073) | (23) | - | - | (111.532) |
| Outros | - | - | - | (104.796) | - | (104.796) |
| Total | 1.193.962 | 146.933 | 213.337 | 868.924 | (387.999) | 2.035.157 |

Fontes de capital

| | | | | | | |
|------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----------|
| Ativo circulante | - | - | - | - | - | (7.831) |
| Outros | - | - | - | - | - | (7.831) |
| Ativo não circulante | - | - | - | - | - | (14.861) |
| Realizável longo prazo | - | - | - | - | - | (14.861) |
| Passivo circulante | - | - | - | - | - | 410.137 |
| Endividamento | - | - | - | - | - | 346.418 |
| Dividendos/JSCP | - | - | - | - | - | 63.620 |
| Outras obrigações | - | - | - | - | - | 99 |
| Passivo não circulante | - | - | - | - | - | 362.060 |
| Endividamento | - | - | - | - | - | 358.647 |
| Outras obrigações | - | - | - | - | - | 3.413 |
| Patrimônio líquido | - | - | - | - | - | 1.285.652 |
| Total | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | 2.035.157 |

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional – 31.12.2010

| Contas | Terminais portuários | Logística | Terminal de veículos | Corporativo | Eliminações | Consolidado |
|-------------------------------|-------------------------|-----------|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Capital empregado | | | | | | |
| Ativo circulante | 63.527 | 18.471 | 3.174 | 118.716 | (2.008) | 201.880 |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | - | - | 107.513 | - | 107.513 |
| Outros | 63.527 | 18.471 | 3.174 | 11.203 | (2.008) | 94.367 |
| Ativo não circulante | 1.223.374 | 145.821 | 215.425 | 1.381.645 | (1.169.020) | 1.797.245 |
| Realizável longo prazo | 105.315 | 9.443 | - | 43.064 | - | 157.822 |
| Investimento | - | - | - | 1.177.781 | (1.177.781) | - |

| | | | | | | |
|------------------------|-----------|----------|---------|-----------|-------------|-----------|
| Imobilizado | 912.869 | 94.583 | 865 | - | 8.761 | 1.017.078 |
| Intangível | 205.190 | 41.795 | 214.560 | 160.800 | - | 622.345 |
| Passivo circulante | (77.380) | (27.137) | (1.862) | (7.633) | 2.007 | (112.005) |
| Fornecedores | (40.107) | (12.859) | (821) | (241) | 727 | (53.301) |
| Outros | (37.273) | (14.278) | (1.041) | (7.392) | 1.280 | (58.704) |
| Passivo não circulante | (85.851) | (1.507) | (12) | (80.115) | (5.104) | (172.589) |
| Provisão contingências | (85.851) | (1.507) | (12) | - | - | (87.370) |
| Outros | - | - | - | (80.115) | (5.104) | (85.219) |
| Total | 1.123.670 | 135.648 | 216.725 | 1.412.613 | (1.174.125) | 1.714.531 |

Fontes de capital

| | | | | | | |
|-----------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----------|
| Ativo circulante | - | - | - | - | - | (7.479) |
| Outros | - | - | - | - | - | (7.479) |
| Ativo não circulante | - | - | - | - | - | (16.173) |
| Realizável longo prazo | - | - | - | - | - | (16.173) |
| Passivo circulante | - | - | - | - | - | 219.156 |
| Endividamento | - | - | - | - | - | 162.106 |
| Dividendos/JSCP | - | - | - | - | - | 40.957 |
| Outras Obrigações | - | - | - | - | - | 16.093 |
| Passivo não circulante | - | - | - | - | - | 305.318 |
| Endividamento | - | - | - | - | - | 304.158 |
| Outras obrigações | - | - | - | - | - | 1.160 |
| Participação de não controladores | - | - | - | - | - | (752) |
| Patrimônio líquido | - | - | - | - | - | 1.214.461 |
| Total | N/A | N/A | N/A | N/A | N/A | 1.714.531 |

Conselho de Administração

Richard Klien (Presidente)

Verônica Valente Dantas (Vice Presidente)

Marcos Nascimento Ferreira

Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim

José Raul Sant'Anna

Andreas Klien

Alcides Lopes Tápias (Independente)

Hans Jurgen Friedrich Peters (Independente)

Wallim Cruz de Vasconcellos Junior (Independente)

Suplentes

Fabio Perrone Campos Mello

João Mendes de Oliveira Castro

Eduardo de Britto Pereira de Azevedo
Norberto Aguiar Tomaz
Itamar Benigno Filho
Guido Vinci

Diretoria

Antônio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente
Washington Cristiano Kato - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Caio Marcelo Morel Correa - Diretor de Operações
Mauro Santos Salgado - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Antonio Carlos Pinto de Azeredo
Eduardo Grande Bittencourt

Suplentes

Marcello Martins Rodrigues
Marcelo de Freitas Lapa Santos
Mauro Ormeu Cardoso Amorelli
Alexandre Luiz Oliveira de Toledo

Luiz Carlos Quene TC/CRC 1SP192166/O-6
Diretor de Controladoria